

Sinopse internacional n. 06, maio 2006

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

1) PANORAMA MUNDIAL

Apesar das turbulências dos mercados mundiais no final de maio - que se refletiram principalmente em expressiva queda das bolsas internacionais e aumento do risco país dos mercados emergentes –, os principais indicadores apontam para a manutenção da trajetória de crescimento para a economia global ao longo de 2006 e 2007.

Estimativas do Banco Mundial, FMI, OCDE e da Economist Intelligence Unit (EIU) mostram que o PIB mundial tem crescido em termos reais a uma taxa anualizada de mais de 4,0% por 11 trimestres consecutivos. O melhor da história é que este crescimento mundial tem sido acompanhado de uma inflação sob controle, apesar de os preços do petróleo terem praticamente triplicado desde 2003. Entretanto, a manutenção das altas cotações do petróleo e a condução da política monetária pelo novo presidente do FED dos EUA permanecem como fatores potencialmente desestabilizadores.

As projeções para 2006 e 2007 prosseguem apontando para a manutenção do crescimento mundial, marcada pela liderança dos Estados Unidos da América (EUA) e da China e pela consolidação da retomada da economia japonesa - em um contexto de inflação controlada e redução gradual do desemprego – ver Tabelas 1 e 2 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. A novidade é a perspectiva de um melhor desempenho dos países da zona do Euro em 2006 e 2007, em comparação com 2005.

Segundo estimativas de diversas instituições, a economia internacional deverá apresentar um crescimento real médio da ordem de 4,0% em 2006 e 2007 - ver outras

SUMÁRIO

Panorama mundial.....	1
Box: Um “raio X” do Investimento Externo Direto na China.....	3
A economia latino-americana.....	5
Argentina	6
Uruguai	7
Paraguai	7
Box: Desempenho diferenciado da América do Sul e Central	8
Venezuela.....	9
Chile	10
Colômbia	11
México	12
O setor externo brasileiro.....	14
Box: Brasil é o 23º exportador mundial.....	15
Box: Exportações de minério de ferro alcançaram US\$ 2 bilhões no trimestre.....	16
Box: As cidades brasileiras exportadoras.....	17
Matéria especial: CCR: histórico e desempenho recente	20
Projeções e indicadores econômicos.....	31

projeções na Tabela 1 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Quanto ao comércio mundial, tanto o FMI quanto a OCDE projetam taxas mais altas de crescimento em 2006 e 2007, ante 2005. Para o FMI, o comércio mundial deverá crescer 8,0% e 7,5%, respectivamente, em 2006 e 2007, frente a uma expansão de 7,5% registrada em 2005. A OCDE é mais otimista e trabalha com crescimento de 9,3% e 9,1% para 2006 e 2007, respectivamente.

Segundo a segunda estimativa do Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA, o PIB daquele país cresceu em termos reais 5,3% no primeiro trimestre de 2006, acima dos 4,8% inicialmente previstos. Apesar de superior à primeira estimativa, o número ficou abaixo da mediana das previsões de 23 economistas consultados que era de 5,8%. Para 2006 e 2007, as projeções apontam para uma continuidade da trajetória de crescimento, com o PIB dos EUA apresentando uma expansão da ordem de 3,3-3,6% e 3,2%, respectivamente - ver as projeções nas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. A taxa de desemprego, por sua vez, deverá manter a trajetória de queda, atingindo algo em torno de 4,7% em 2006 e 2007.

Em relação à inflação, o núcleo do índice de preços dos gastos com consumo pessoal que exclui os preços de energia e alimentos apresentou uma variação de 2,1% acumulada em 12 meses até abril, ligeiramente acima dos 2,0% registrados em março. Como esta foi a maior alta acumulada em 12 meses desde março de 2005 e ficou acima dos 2,0% considerados “confortáveis” pelo FED, alimentou, em certa medida, o clima de incerteza quanto à próxima decisão do banco central dos EUA sobre os juros, no final de junho. A grande dúvida é se o FED fará uma pausa no aumento das taxas de juros que se encontram atualmente em 5,0%, após 16 aumentos consecutivos de 0,25 ponto percentual desde meados de 2004. Resta esperar pela divulgação dos próximos indicadores de nível de atividade. Vale ressaltar que, apesar do crescimento real do PIB no primeiro trimestre ter sido revisado para cima em relação à previsão anterior, as projeções são de que no segundo trimestre de 2006 a taxa de expansão do produto se desacelere para algo em torno de 3,0% a 3,5%: ou seja, não há sinais de um superaquecimento do nível de atividade que justifique uma maior pressão sobre os preços da economia e, conseqüentemente, venha a requerer novos aumentos dos juros por parte do FED. Espera-se que o núcleo da inflação permaneça estável em torno de 2% nos próximos dois anos.

No que diz respeito ao continente asiático, segundo o Escritório Nacional de Estatísticas da China, houve um crescimento real de 10,2% do PIB no primeiro trimestre de 2006, ante igual período do ano anterior. O destaque de crescimento foi o PIB da indústria, com crescimento de 12,5% no período. Os indicadores mais recentes mostram a manutenção das altas taxas de crescimento. Em abril, a produção industrial apresentou uma expansão de 16,6% em relação a igual mês de 2005. Estimativas apontam para um aumento de 30% dos investimentos em máquinas e equipamentos no primeiro quadrimestre de 2006, frente a janeiro/abril de 2005. Em 2006 e 2007, a média das estimativas aponta para a manutenção do crescimento real do PIB chinês em altos patamares, da ordem de 9%, acompanhada de taxas de inflação sob controle, em torno de 3,0% - ver as Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”.

Segundo o Banco do Japão, o PIB apresentou um crescimento real de 3,1% no primeiro trimestre de 2006, ante igual período de 2005. Apesar de o número ter sido menor do que o crescimento de 3,7% registrado no quarto trimestre de 2005, permanece o otimismo em relação ao desempenho da economia japonesa. Após ter crescido 2,7% em 2005, a média das projeções aponta para uma taxa de crescimento real do PIB da ordem de 2,6% e 2,2% em 2006 e 2007, respectivamente - ver as Tabelas 1, 2,

3, 4, 5, 6 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. As decisões da última reunião do Comitê de Política Monetária do Japão de 19 de maio confirmaram que a política monetária expansionista será mantida até serem definitivamente eliminados os riscos de um novo período de deflação. Com a confirmação da continuidade de uma trajetória de crescimento, as projeções são de que a taxa de desemprego japonesa continue se reduzindo, para cerca de 4,0% em 2006 e 3,5% em 2007. Em 2002, a taxa de desemprego havia sido de 5,4%.

Na Índia, os indicadores de nível de atividade prosseguem em alta. Após um crescimento de real de 8,0% em 2005, a maioria das projeções aponta para um crescimento real do PIB um pouco menor, da ordem de 7,4% em 2006 e 2007. Projeta-se uma inflação acumulada da ordem de 4,7% em 2006 e 2007. As taxas de juros básicas da economia vêm sendo gradualmente reduzidas nos últimos anos e encontram-se atualmente em torno de 6,0% ao ano, o que tem contribuído para o aumento da demanda agregada da economia.

Em relação à União Européia, na zona do euro, as projeções são mais otimistas em relação ao desempenho em 2006 e 2007, após a taxa de crescimento de 1,5% em 2005. As instituições consultadas apontam para taxas de crescimento de 2,0% em 2006 e 2007 – ver seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. Segundo a OCDE, o melhor desempenho do PIB levará a uma redução das taxas de desemprego da região dos 8,6% registrados em 2005, para 8,2% em 2006, e 7,9% em 2007.

O maior crescimento deverá ser liderado pela Alemanha e França, as duas maiores economias do bloco. Em relação à Alemanha, a OCDE espera taxas de expansão do PIB de 1,8% e 1,7%, respectivamente, em 2006 e 2007 – veja outras projeções menos otimistas nas tabelas da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”. A OCDE também projeta taxas de desemprego menores para a Alemanha: de 8,5% e 8,1%, respectivamente, em 2006 e 2007, ante os 9,1% registrados em 2005. Quanto à França, a OCDE projeta uma expansão do PIB de 2,1% e 2,2%, em 2006 e 2007, respectivamente.

No que diz respeito às economias da América Latina e o Caribe, para 2006 e 2007, as projeções apontam para um crescimento real médio de 4,2% e 3,7%, respectivamente – ver Tabelas 1 e 8 da seção “Projeções e Indicadores Econômicos”; para uma análise detalhada da região, ver a seção “A economia latino-americana”.

Um “raio X” do Investimento Externo Direto (IED) na China

A entrada dos investimentos externos diretos (IED) na China ocorre principalmente na forma de joint ventures com firmas locais, na grande maioria, empresas estatais.

Estas empresas com participação de capital estrangeiro são responsáveis por mais de 30% do produto industrial e por mais de 50% do total das exportações chinesas, empregando cerca de 3% da força de trabalho do país. A principal motivação para a entrada de IED na China é a exploração de seu mercado doméstico combinada a utilização do país como plataforma de exportação para outros países (explorando a vantagem de custos de produção mais baixos).

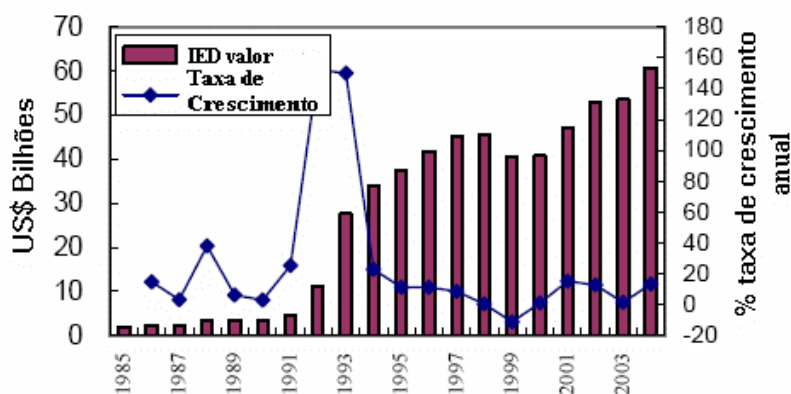
A entrada de IED na China acelerou-se expressivamente nas duas últimas décadas. Antes de 1979 os IED eram proibidos e a partir desta data

iniciou-se um processo de progressiva flexibilização da entrada dos mesmos (obviamente para os padrões chineses). Nos primeiros estágios, a entrada de IED esteve restrita a zonas econômicas especiais e concentrava-se na construção hoteleira e nos setores de energia. Após 1992 os fluxos de entrada aumentaram expressivamente refletindo a reação positiva dos investidores internacionais a um maior comprometimento da China com reformas de mercado. Outro momento importante ocorreu após a entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), em novembro de 2001.

Os números são impressionantes: em meados dos anos 1980 os fluxos anuais ficavam abaixo de US\$ 2 bilhões e estima-se que tenham atingido US\$ 60 bilhões em 2005 (projeções da UNCTAD - ver nota ao final da página). Em 2004, os IED atingiram US\$ 61 bilhões – dados definitivos -, ver Gráfico abaixo.

Antes de 2002, os principais países de origem dos IED na China eram asiáticos. A partir de então, as fontes de IED foram se diversificando, com uma participação crescente de IED dos EUA e de outros países da OCDE. Após a entrada da China na OMC em 2002, a participação dos IED no setor industrial aumentou sensivelmente: de menos de 60% para mais de 70% do total de fluxos de entrada. Segundo a UNCTAD (2005), o estoque de investimento externo direto na China cresceu dos US\$ 20,7 bilhões em 1990 para US\$ 245,5 bilhões em 2004.

As taxa de crescimento das exportações das empresas com capital estrangeiro após 1991 em várias ocasiões ficou acima dos 30%-40% anuais, o que explica o alto crescimento de sua participação no total das vendas externas da China: de menos de 2% em 1985, para algo entre 50% e 60% nos últimos três anos – ver Tabela a seguir.



Fonte: Whalley e Xin (2006).

Evolução das Exportações de Empresas com Participação Estrangeira

	<i>Taxa de crescimento das exportações totais</i>	<i>Cresc. das export. empresas com participação estrangeira</i>	<i>Export. Empresas com participação estrangeira/ export. totais</i>
	(1)	(2)	(2)
1991	15,80	53,90	16,70
1992	18,10	45,00	20,50
1993	8,00	44,90	27,50
1994	31,90	36,40	28,40
1995	22,90	36,40	31,50
1996	1,50	31,10	40,70
1997	21,00	21,90	41,00
1998	0,50	8,00	44,10
1999	6,10	9,50	45,50
2000	27,80	34,70	47,90
2001	6,80	11,60	50,10
2002	22,40	27,50	52,20
2003	34,60	41,40	54,80
2004	35,40	41,10	57,10

Fonte: Whalley e Xin (2006).

Tendo em vista que as políticas chinesas em relação ao IED e o marco regulatório ainda estão muito longe do considerado ideal pelos investidores internacionais, o sucesso chinês na atração de IED comprova que a busca por novos mercados continua sendo a máxima no mundo capitalista, e que a perspectiva de taxas de crescimento sustentadas é a melhor forma de atrair novos investimentos. Frente ao fantástico desempenho econômico nas duas últimas décadas, qual agente econômico deixaria de investir na China?

Nota: O texto acima teve como referências o World Investment Report da UNCTAD de 2005 (www.unctad.org), informações diversas do site do Escritório Nacional de Estatísticas da China (www.stats.gov.cn/english/) e o texto "Chinas's FDI and Non-FDI economies and the sustainability of future high chinese growth", de Whalley e Xin (NBER working paper 12249, de março de 2006).

2) A ECONOMIA LATINO-AMERICANA

As economias latino-americanas continuam a apresentar bom desempenho. Os países que mais se destacaram foram Venezuela e Argentina, com taxas de expansão que superaram 9% em 2005. Paraguai e México foram os países com menores taxas de crescimento entre os países analisados, 2,7% a.a. e 3% a.a. em 2005.

Em quase todos os países analisados, o investimento e a formação bruta de capital fixo cresceram a taxas de dois dígitos. O crescimento das exportações também continuou elevado, na maior parte dos países. Por fim, o consumo privado também mostrou vitalidade. Devido ao grande crescimento do PIB, Argentina e Venezuela apresentaram uma substancial queda da taxa de desemprego nos últimos anos. Nos outros países, a taxa de desemprego está razoavelmente estável.

Como resultado do crescimento do PIB, houve um aumento significativo das importações. Contudo, devido ao aumento do valor exportado. A inflação vem sendo mantida sob controle, com tendência de desaceleração nos primeiros meses do ano.

2.1) Argentina

A economia argentina cresceu 9,2% em 2005, superando o já excelente desempenho obtido no ano anterior (9,0%). O componente da demanda agregada com maior dinamismo na recuperação econômica foi o investimento, que alcançou taxas de crescimento acima de 30% em 2003 e 2004. Em 2005, este continuou a ser o componente de maior expansão na economia Argentina, crescendo 26,9%. O investimento é, atualmente, o segundo principal componente no PIB da Argentina. A expansão dos investimentos decorreu dos gastos em construção e principalmente da aquisição de máquinas e equipamentos. Entretanto, o crescimento dos investimentos ocorreu, em grande medida, devido a uma recuperação dos níveis registrados anteriormente. Entre 1998 e 2002, os investimentos acumularam retração de 56%.

A recuperação da economia teve reflexos importantes sobre os indicadores de emprego e renda na Argentina. A taxa de desemprego caiu de 20,4% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2003 para 10,1% no último trimestre do ano passado. Em 2005, o desemprego declinou 2 p.p. em relação ao ano anterior. Os principais setores a criarem emprego foram a indústria manufatureira, o comércio e o setor de construção. Ocorreu, entretanto, no primeiro trimestre de 2006, uma pequena elevação na taxa de desemprego, que passou para 11,4%.

Após o Índice de preços ao consumidor (IPC) ter atingido 41% em 2002, as taxas de inflação declinaram fortemente nos dois anos seguintes. Em 2003 e 2004, as taxas foram respectivamente 3,7% e 6,1%. Entretanto, a inflação aumentou ao longo dos meses de 2005, chegando a 12,3%. As taxas mensais superaram o valor de 1%, o que não acontecia desde janeiro de 2003. A inflação acumulada no ano de 2005 foi o dobro da verificada no ano anterior, que havia sido de 6,1%. Ao comparar abril de 2006 com o mesmo mês do ano anterior, ocorreu uma variação de 11,6% no nível de preços. Enquanto a variação acumulada no primeiro quadrimestre de 2006 foi de 3,9%.

As maiores altas ocorreram nos segmentos de alimentos e bebidas (15,7% em relação a dezembro de 2004), educação (15,7%) e serviços básicos (14,9%). Os preços regulados contribuíram fortemente para a contenção da inflação argentina no ano. Estes preços elevaram-se apenas 3,7%, enquanto que os preços dos demais bens apresentaram alta de 14,2%. Os bens e serviços com preços regulados representam 20,0% do IPC e são compostos por combustíveis, eletricidade, água e serviços sanitários, transporte público de passageiros, manutenção de veículos, correio, tarifas de telefonia e cigarros. Já em relação ao primeiro quadrimestre de 2006, os segmentos que apresentaram maior elevação em relação a dezembro de 2005 foram: educação (10,7%), vestuário (7,0%) e lazer (4,3%).

A recuperação da economia levou a um grande aumento nas importações. Nos últimos dois anos, ainda ocorreram superávits elevados, de aproximadamente US\$ 13 bilhões, mas as importações vêm crescendo a taxas elevadas: 61,0% em 2004 e 29,0% em 2005. Mas ainda não foram recuperados os níveis anteriores à crise. As importações em 2005 ainda foram inferiores às verificadas em 1998. As exportações apresentaram, nos últimos anos, crescimentos relativos menores do que as importações, mas suficientes para que elas alcançassem recordes sucessivos nesse período, dobrando em relação há dez anos. Em 2005, as exportações argentinas foram de US\$ 40 bilhões. No primeiro trimestre de 2006, as exportações chegaram a US\$ 9,7 bilhões, o que significou um crescimento de 16,0% quando comparado ao mesmo período de 2005.

O Balanço de Pagamentos da Argentina registra superávits desde 2003. Em 2005, o saldo foi positivo de US\$ 8,9 bilhões. O resultado da conta corrente é o principal responsável por este comportamento, com US\$ 5,4 bilhões. Por sua vez, este é sustentado pelos elevados saldos na balança comercial de mercadorias. As balanças de serviços e de rendas apresentam déficits recorrentes. O déficit na balança de rendas foi recorde em 2004, alcançando US\$ 8,9 bilhões, continuando elevado em 2005 (US\$ 6,3 bilhões). Apesar de ainda expressivos os déficits na balança de serviços têm diminuído nos últimos anos.

2.2) Uruguai

Depois de um período de forte retração econômica, o PIB do Uruguai vem crescendo a taxas elevadas. Após expandir-se 11,8% em 2004, o PIB cresceu 6,5% em 2005. Entretanto, apenas em 2005, o PIB do país ultrapassou o que havia sido atingido em 1998.

As exportações foram o componente da demanda agregada que mais cresceu. Em 2005, elas cresceram 16,8%, em termos reais, após um crescimento de 27,6% em 2004. O investimento também tem se expandido consideravelmente: 22,0% em 2004 e 10,1% em 2005. Por outro lado, os gastos do governo continuaram a crescer lentamente: 2,5% em 2004 e em 2005. Os gastos em consumo privado cresceram apenas 2,5%, muito abaixo do resultado de 2004 (11,8%).

Em 2005, o índice de preços ao consumidor foi de 4,9%, o que significou uma queda substancial em relação aos 7,6% de 2004. Contudo, em abril de 2006, a inflação acumulada nos últimos 12 meses acelerou-se e atingiu 6,0% .

Houve uma leve aceleração do desemprego em 2006. Em fevereiro de 2006, a taxa de desemprego foi de 12,4%, enquanto no primeiro trimestre do ano passado situava-se em 12,1%.

Em 2005, as exportações uruguaias aumentaram 16,2%, em dólares, alcançando US\$ 3.405 milhões. O crescimento das exportações tradicionais (16,7%) foi muito próximo ao das não-tradicionais (16,4%). As importações cresceram de modo mais acelerado (24,6%), atingindo US\$ 3.879 milhões. Isso provocou um forte aumento do déficit comercial do país, de US\$ 192 milhões para US\$ 474 milhões, e provocou déficit na balança em transações correntes.

2.3) Paraguai

O governo paraguaio estima que a taxa de crescimento do PIB foi de 2,7% em 2005, o que significa uma queda razoável em relação aos 4,1% de 2004. Este crescimento foi liderado pelo setor de serviços, enquanto o setor agrícola sofreu com as quedas de produção dos dois principais produtos paraguaios: algodão e soja.

Em 2005, o Índice de Preços ao Consumidor acumulou alta de 9,9%. No começo de 2006, a inflação aumentou um pouco e o índice acumulado em 12 meses até abril de 2006 foi de 10,6%. Isso correspondeu a uma inflação significativamente mais elevada que a meta anual de inflação estabelecida pelo Banco Central, de 5% (com tolerância de 2,5 pontos percentuais). O preço do petróleo e a desvalorização cambial são apontados como responsáveis pela aceleração da inflação.

As exportações paraguaias em 2005 aumentaram apenas 3,8% em relação a 2004. Por sua vez, as importações registradas cresceram 9,7% no acumulado no ano

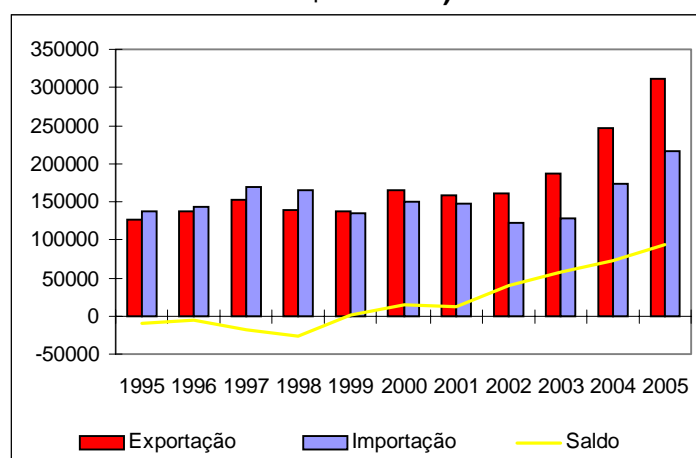
e totalizaram US\$ 2,11 bilhões. Brasil e Argentina são os maiores exportadores para o Paraguai, com 29% e 22% das vendas, respectivamente.

Desempenho diferenciado da América do Sul e Central

Nos últimos 3 anos, as exportações da América do Sul têm sido muito beneficiadas pelo elevado crescimento do comércio mundial. Enquanto a taxa de crescimento das exportações dessa região, entre 1995 e 2002, foi de apenas 3,2%, a taxa de crescimento nos últimos três anos foi de 15,7% em 2003, 32,6% em 2004 e 26,3% em 2005.

O crescimento das exportações impediu que a retomada do PIB e das importações desses países, a partir de 2003, provocasse redução do saldo comercial e em conta corrente da América do Sul. Isso reduzirá o risco da ocorrência crises cambiais no futuro, fenômenos muito comum na região. Ao contrário, o saldo comercial e em conta corrente da região vem batendo sucessivos recordes.

Gráfico 2.1: Balança comercial da América do Sul: 1995 a 2005 (em US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC.

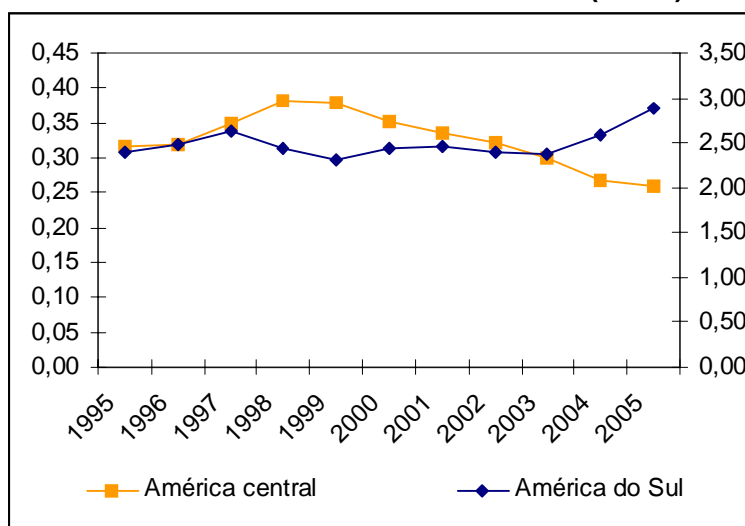
As exportações sul-americanas, além de estarem apresentando uma elevada taxa de crescimento, ganharam uma substancial participação no total das exportações mundiais, passando de 2,37% em 2003 para 2,90% do total mundial em 2005.

Esse desempenho contrasta com a evolução das exportações da América Central. Desde 2000, a participação dos países centro-americanos nas exportações mundiais caiu 32%, reduzindo-se de 0,38% do total mundial em 2000 para 0,26% em 2005.

Os principais motivos para esse resultado é que os países sul-americanos foram beneficiados por aumentos de preços das suas principais *commodities* e/ou conseguiram expandir a quantidade vendida de seus produtos exportados. Commodities, como petróleo, cobre e minério de ferro, apresentaram um grande aumento de preços, devido a restrições ao aumento da oferta e a forte expansão do consumo, principalmente na China. Por outro lado, alguns países, notadamente o Brasil, conseguiram expandir a quantidade exportada de uma diversidade de bens industriais e

alguns agrícolas, além de se beneficiarem de aumento dos preços. De qualquer forma, esse aumento expressivo das exportações foi bastante generalizado na América do Sul. Em todos os países, o valor das exportações em 2005 foi maior do que em 2003. E, com exceção do Paraguai e da Guiana, todos apresentaram um crescimento entre 35,4% (Argentina) e 106,8% (Venezuela) das exportações entre 2003 e 2005

Gráfico 2.2: Participação sobre o total mundial das exportações da América do Sul e Central: 1995 a 2005 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC.

2.4) Venezuela

A economia venezuelana continua apresentando forte crescimento econômico. Em 2005, seu PIB cresceu 9,3%, devido principalmente ao desempenho do setor não petrolífero, que se expandiu 10,3%. No primeiro trimestre de 2006, o PIB venezuelano cresceu 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e a atividade não ligadas à produção de petróleo expandiram 10,9%. As atividades associadas à extração de petróleo cresceram 1,7%, em termos reais, em 2005. Enquanto no primeiro trimestre deste ano, houve uma queda de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2004, a economia venezuelana tinha apresentado uma forte recuperação. O PIB tinha crescido 17,7%. Contudo, deve-se ressaltar que esse crescimento foi sob bases muito depreciadas. O PIB venezuelano declinou 7,7% em 2003 e 8,9% em 2002.

A recuperação da economia venezuelana, em 2004 e 2005, é resultado da expansão dos três componentes da demanda interna (investimento, consumo privado e gasto do governo). O investimento cresceu 89,8% em 2004 e 20,5% em 2005. No primeiro trimestre de 2006, o investimento expandiu-se apenas 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso ocorreu por causa de uma acentuada queda da variações de estoques (-68,8%). A formação bruta de capital fixo cresceu 20,3%. Contudo, apesar desse crescimento, o investimento em 2005 foi 0,3% menor do que em 2001. O investimento foi o componente do PIB que apresentou maior queda durante a crise: caiu de 30,9% do PIB em 2001 para 16% em 2003.

O consumo privado também tem crescido fortemente. Em 2004 e 2005, a taxa de crescimento média anual do consumo privado foi de 16,5%. No primeiro trimestre

2006, o consumo expandiu-se 19,3% em comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

O gasto público apresentou uma trajetória mais estável. Seu crescimento médio nos últimos 2 anos foi de 10,7%. No primeiro trimestre deste ano, os gastos públicos aumentaram 9,2% em comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Esse crescimento econômico tem provocado uma queda substancial no desemprego. A taxa de desemprego caiu de 20% em fevereiro de 2003 para 10,2% em abril de 2006. O salário real médio aumentou 5% entre o quarto trimestre de 2003 e o de 2005.

A recuperação econômica na Venezuela não provocou aceleração da taxa de inflação. Ao contrário, no período houve uma substancial diminuição da inflação. Em 2005, a inflação ao consumidor foi de 14,4%. E, em março de 2006, a inflação acumulada em 12 meses foi de 12,1%. Com exceção de abril de 2001, esse foi o menor valor para a inflação em 12 meses desde 1986.

As importações têm sido uma importante saída para a contenção de preços dada a demanda interna crescente. O uso da capacidade instalada encontra-se elevado devido ao rápido crescimento econômico. As importações foram próximas de 30% do PIB em 2005, o maior número já verificado desde que existe a série trimestral de PIB na Venezuela.

A alta do preço do petróleo permitiu um aumento da renda obtida pelo governo venezuelano – tanto diretamente via Petróleos de Venezuela S/A (PDVSA) quanto pelos impostos provenientes do setor – gerando folga na disponibilidade de divisas. As exportações de petróleo aumentaram de US\$ 22 bilhões em 2003 para US\$ 48 bilhões em 2005. No mesmo período, as outras exportações de bens aumentaram de US\$ 5,1 bilhões para US\$ 7,4 bilhões. Isso fez com que as exportações de bens se elevassem de US\$ 27,2 bilhões para US\$ 55,5 bilhões, permitindo o aumento do saldo comercial de US\$ 10,7 bilhões em 2003 para US\$ 31,5 bilhões no ano passado, apesar do aumento das importações.

Devido aos estruturais déficits no saldo de serviços não fatores (US\$ 4,1 bilhões) e de renda (US\$ 2 bilhões), o superávit em conta corrente da Venezuela em 2005 foi de US\$ 25,4 bilhões, um pouco inferior ao saldo comercial.

No primeiro trimestre de 2006, a Venezuela teve um superávit em conta corrente de US\$ 7,5 bilhões, um aumento de 59,3% em comparação com o mesmo trimestre do ano passado. As exportações do país no primeiro trimestre de 2006 foi de US\$ 9,8 bilhões e as importações US\$ 5,9 bilhões.

2.5) Chile

No começo deste ano, a economia chilena desacelerou-se um pouco. No primeiro trimestre de 2006, o PIB cresceu 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2004, o crescimento havia sido de 6,2% e em 2005 foi de 6,3%. Pela série dessazonalizada, o PIB registrou pequenas quedas em relação ao mês imediatamente anterior em fevereiro (-0,2%) e março (-0,4%).

Em 2005, os principais responsáveis pelo desempenho do PIB foram os setores de comunicação (9,9%), construção (9,8%) e comércio (8,8%). A indústria manufatureira e a agropecuária também apresentaram bom desempenho, com crescimento

de 5,2% e 5,7%, respectivamente. Em contraste com esses setores, a mineração apresentou crescimento nulo. Deve-se destacar que a mineração é uma importante atividade econômica para o país, gerando um valor quase igual ao da indústria manufatureira.

A formação bruta de capital fixo cresceu 24,7% em 2005 em relação a 2004, o que levou o investimento a atingir 29% do PIB, número similar ao verificado durante a década de 1990. O consumo privado também apresentou crescimento apreciável (8,2%) em 2005 e o gasto do governo, 4,5%.

Devido ao aumento dos preços dos bens exportados pelo país, nos últimos anos, o valor das exportações chilenas tem apresentado forte crescimento: 48% em 2004 e 26% em 2005, alcançando US\$ 41 bilhões. Nos três primeiros meses de 2006, o crescimento foi de 30% em relação ao período anterior. Esse aumento deveu-se principalmente ao aumento dos preços das *commodities* minerais. Essas exportações aumentaram sua participação na pauta de exportações chilenas de 38% no primeiro trimestre de 2003 para 59% no primeiro trimestre de 2006. De acordo com o Banco Central do Chile, o preço do cobre aumentou de US\$ 75 por libra-peso em janeiro de 2003 para US\$ 290 em abril de 2006. Neste ano, o cobre representou 86% das exportações chilenas de minérios.

Por outro lado, as importações também aumentaram bastante no período, provavelmente como resultado da valorização cambial e do crescimento econômico. O crescimento das importações em 2004 foi de 28,6%, em 2005 de 30,7% e no primeiro trimestre de 2006 foi de 21,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. De qualquer forma, o Chile ampliou significativamente os saldos comerciais e em conta corrente em relação a 2003. O saldo da balança comercial aumentou de US\$ 3 bilhões para 9,6 bilhões. A conta de transações correntes passou de uma posição deficitária de US\$ 964 milhões para um superávit de US\$ 702 milhões.

Devido a uma política de limitadas intervenções no câmbio, a melhora das contas externas provocou uma substancial valorização da taxa de câmbio. Pela taxa de câmbio média de janeiro de 2003, um dólar comprava 722 pesos. Em abril de 2006, esse valor havia caído para 517 pesos.

A inflação mantém-se em um nível baixo. Em abril de 2006, a inflação ao consumidor no acumulado de 12 meses foi de 3,8%. No mesmo período de 2004, o índice fora de apenas 2,9%.

A taxa de desemprego encontra-se razoavelmente estabilizada. Em março de 2006, atingiu 7,9%, o mesmo valor que no mesmo mês do ano passado. Contudo, de acordo com a série dessazonalizada, o desemprego vem aumentando lentamente desde de outubro. Por outro lado, deve-se destacar que a estabilidade da taxa de desemprego vem acompanhada de aumento do número absoluto de empregos

2.6) Colômbia

A Colômbia vem mantendo uma taxa de crescimento moderada do PIB. Em 2005, o PIB da Colômbia cresceu 5,1%, um número levemente superior aos 4,8% de 2004. Os setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram construção (12,6%), comércio (9,2%) e serviços financeiros (8,5%). A indústria manufatureira expandiu-se 4,0% e a agropecuária, 2,1%.

A demanda interna aumentou 9,4% em relação a 2004. O investimento sustentou seu excelente desempenho, tendo crescido 29,0% em relação ao ano anterior em decorrência das baixas taxas de juros e das condições econômicas e sócio-políticas favoráveis. Os gastos em consumo (público e privado) cresceram 4,9%. Há uma tendência de queda da taxa de desemprego. Em março de 2006, a taxa de desemprego foi de 11,3%, significativamente inferior aos 13,1% do ano passado.

Em 2005, a inflação ao consumidor na Colômbia foi de 4,9%, estando dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, entre 4,5% e 5,5%. E a inflação continuou a cair no começo de 2006. Em abril, a inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 4,1%, o que torna bastante factível que o país atinja em 2006 a meta de inflação. Em 2006, o intervalo da meta de inflação é de 4% a 5%.

Em 2005, as exportações colombianas tiveram um bom desempenho, crescendo 26,6%. As exportações de bens tradicionais foram destaque, expandindo-se 35,3%, enquanto as não-tradicionais aumentaram 19,3%. Em janeiro de 2006, a tendência de crescimento das exportações persistiu (20,3% em relação ao mesmo mês do ano passado). As importações de bens apresentaram a mesma taxa de crescimento das exportações (26,6%). Isso fez com que a Colômbia continuasse apresentando um pequeno déficit comercial de US\$ 17 milhões em 2005. O déficit em conta corrente aumentou de US\$ 938 milhões em 2004 para US\$ 1.930 milhões em 2005, devido principalmente ao aumento da renda líquida enviada ao exterior.

2.7) México

Em 2005, o produto interno bruto mexicano se expandiu em 3,0%, o que significa uma pequena redução em relação ao crescimento de 4,2% em 2004. A produção industrial apresentou uma desaceleração maior que o resto da economia. A taxa de crescimento da produção industrial caiu de 4,2% em 2004 para 1,6% em 2005. Contudo, nos dois primeiros meses de 2006, a expansão da produção industrial acelerou-se para 5,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

A expansão econômica em 2005 foi liderada pela formação bruta de capital fixo (+7,6%), seguida das exportações (+6,9%) e o consumo privado (+5,4%). Os principais responsáveis pelo baixo crescimento econômico do país no ano passado foram o crescimento nulo do gasto do governo (0,0%) e a forte redução da acumulação dos estoques (-78,3%). Os gastos em máquinas e equipamentos aumentaram 11,5%, sendo 3,4% para nacionais e 15,9% para bens importados. Há uma substancial tendência de aumento da penetração das importações nas vendas internas de bens de capital nos últimos anos no México. Entre 1998 e 2005, o crescimento das vendas de bens de capital nacional foi de apenas 6,1%, enquanto o de importados foi de 62,3%.

Dentre os ramos da atividade da economia, em 2005, o setor de serviços destacou-se, apresentando um crescimento de 4,1%. O PIB industrial cresceu apenas 1,6% e o agropecuário caiu 2,4% em consequência de condições climáticas adversas. No setor industrial, a construção civil cresceu 3,3%; a mineração, 1,2%; as manufaturas, 1,2%; e a geração de eletricidade, gás e água, 1,4%.

Apesar do crescimento econômico moderado, a taxa de desemprego no México vem declinando. Em março de 2006, o desemprego foi de 3,4%, enquanto no mesmo mês do ano passado, ele havia sido de 3,6%. A queda do desemprego entre as mulheres foi bastante substancial, de 4,2% em março de 2005 para 3,4% no mesmo mês deste ano. Entre os homens, houve um leve aumento de 3,2% para 3,4%.

A inflação ao consumidor caiu de 5,1% em 2004 para 3,3% em 2005. E, em abril de 2006, a inflação acumulada nos últimos doze meses foi de 3,2%.

Em 2005, as exportações mexicanas foram de US\$ 214 bilhões, o que significa um crescimento de 13,7% em relação a 2004. No primeiro trimestre de 2006, as exportações do país cresceram 25,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em ambos os períodos as exportações de petróleo foram as que mais contribuíram para a expansão das exportações. Elas aumentaram 34,8% em 2005, atingindo US\$ 28 bilhões. E, no primeiro trimestre de 2006, o crescimento foi de 52,3%. Em 2005, as exportações das maquiladoras cresceram 11,3%, chegando a US\$ 96,8 bilhões, e as demais exportações expandiram-se em 11,1%, alcançando US\$ 88,6 bilhões. No primeiro trimestre de 2006, as exportações das maquiladoras e as outras exportações cresceram, respectivamente, 17,3% e 26,4%.

Em 2005, as importações foram de US\$ 221 bilhões, ou seja, uma expansão de 12,4%. No primeiro trimestre de 2006, o crescimento das importações foi de 19,2%. Em ambos os períodos, as importações que mais cresceram foram de bens de consumo; 24,0% e 25,7%, respectivamente. As importações de bens de capital também tiveram um bom desempenho, com expansão de 16,0% em 2005 e 19,5% no primeiro trimestre de 2006.

O México apresenta déficit na balança comercial desde 1997. Em 2005, o déficit comercial apresentou leve queda, variando de US\$ 8,8 bilhões em 2004 para US\$ 7,6 bilhões. No primeiro trimestre de 2006, o México registrou um superávit comercial de US\$ 882 milhões, devido ao aumento de 25,8% das exportações no período.

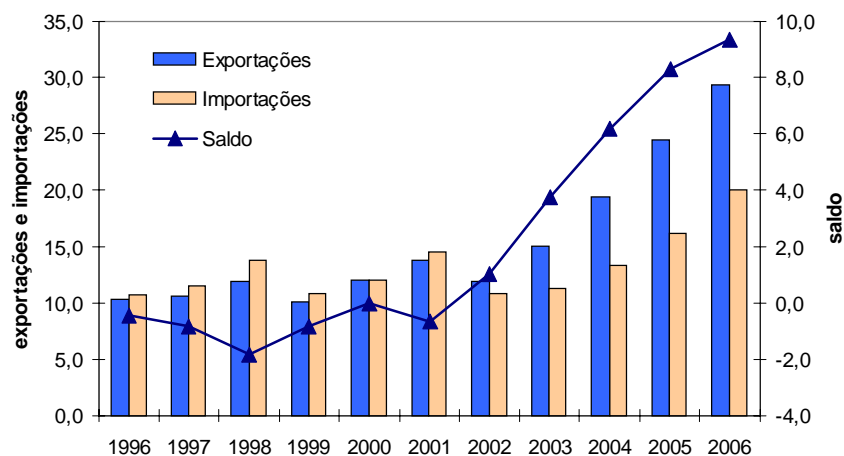
Deve-se ressaltar a importância do superávit comercial das maquiladoras. Esse superávit aumentou de US\$ 19,2 bilhões em 2004 para US\$ 21,6 bilhões em 2005. No primeiro trimestre de 2006, esse superávit foi de US\$ 5,8 bilhões, um aumento de 17,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

4) O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No primeiro trimestre de 2006, as exportações brasileiras foram de US\$ 29,4 bilhões, maior valor em todo o histórico da balança comercial do país para iguais períodos. As importações também foram recorde nos três primeiros meses do ano, US\$ 20,0 bilhões, bem como o saldo comercial, de US\$ 9,3 bilhões. A corrente de comércio apresentou crescimento de 17,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Desde 2003, há sucessivos crescimentos das exportações brasileiras – ver gráfico 3.1. O primeiro trimestre de 2006 foi o quarto consecutivo de crescimentos das exportações superiores a 20%. Entretanto, pela primeira vez, desde 2001, as importações cresceram mais do que as exportações, a uma diferença de quatro pontos percentuais.

**Gráfico 3.1 Balança comercial brasileira:
primeiros trimestres de 1996 a 2006
(em US\$ bilhões)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

O bom desempenho no trimestre mantém a trajetória de expansão das contas externas comerciais brasileiras dos últimos anos.

No acumulado de 12 meses até março de 2006, as exportações somaram US\$ 123,2 bilhões, com crescimento de 20,5% em relação a abril de 2004 a março de 2005. As importações foram de US\$ 77,5 bilhões, com crescimento de 17,0% para o mesmo período anterior. Houve expressivo crescimento de 26,8% no superávit da balança comercial, no valor de US\$ 45,8 bilhões. O saldo aumentou US\$ 10 bilhões em valores absolutos.

A corrente de comércio superou pela primeira vez o valor de US\$ 200 bilhões em períodos de 12 meses. Este valor é o dobro do fluxo comercial existente há quatro anos.

As exportações brasileiras apresentam também valores recordes históricos em todas as categorias de valor agregado. Mas o principal destaque foi o segmento de manufaturados, que respondeu por quase metade do incremento total das exportações brasileiras no acumulado de 12 meses. Destacaram-se as exportações de automóveis, aviões, telefones celulares, autopeças e laminados planos de ferro e aço.

Brasil é o 23º exportador mundial

Em 2005, o Brasil foi o vigésimo terceiro país exportador no mundo. O maior exportador foi a Alemanha, seguida de Estados Unidos e China – ver tabela 3.1. Na América Latina, o Brasil ainda é o segundo maior exportador, sendo superado apenas pelo México.

Nos últimos quatro anos, o Brasil ganhou três posições no *ranking* mundial de países exportadores. As exportações brasileiras cresceram quase 36 p.p. acima da média mundial. O Brasil apresentou uma das maiores taxas de crescimento de exportações no período, ficando atrás apenas de China, Rússia, Arábia Saudita e Emirados Árabes, dentre os 25 maiores exportadores mundiais. Excluídas as exportações de petróleo, o Brasil apresentou a segunda maior taxa de crescimento no grupo.

**Tabela 3.1: Maiores exportadores mundiais: 2002 a 2005
(em US\$ milhões)**

País	2002	2003	2004	2005	2005/2004	2005/2002
1 Alemanha	615,8	751,6	909,9	970,7	6,7%	57,6%
2 Estados Unidos	693,1	724,8	818,8	904,3	10,4%	30,5%
3 China	325,6	438,2	593,3	762,0	28,4%	134,0%
4 Japão	416,7	471,8	565,7	595,8	5,3%	43,0%
5 França	331,7	392,0	452,1	459,2	1,6%	38,4%
6 Holanda	244,1	296,0	357,4	401,3	12,3%	64,4%
7 Reino Unido	280,2	305,6	347,5	377,9	8,7%	34,9%
8 Itália	254,4	299,3	353,8	366,8	3,7%	44,2%
9 Canadá	252,4	272,7	316,5	359,6	13,6%	42,5%
10 Bélgica	216,1	255,6	306,9	329,7	7,4%	52,5%
11 Hong Kong	201,9	228,7	265,5	292,3	10,1%	44,8%
12 Coreia do Sul	162,5	193,8	253,8	284,7	12,2%	75,3%
13 Rússia	107,3	135,9	183,2	245,3	33,9%	128,6%
14 Cingapura	125,2	159,9	198,6	229,6	15,6%	83,4%
15 México	160,7	165,4	188,0	213,7	13,7%	33,0%
16 Taiwan	135,1	150,6	182,4	196,6	7,7%	45,5%
17 Espanha	125,7	156,1	182,6	186,1	1,9%	48,1%
18 Arábia Saudita	72,5	93,2	125,7	178,8	42,2%	146,7%
19 Malásia	94,1	104,7	126,5	140,9	11,4%	49,9%
20 Suécia	81,5	102,1	123,2	129,9	5,4%	59,4%
21 Suíça	87,9	100,7	118,5	125,9	6,2%	43,3%
22 Áustria	78,7	97,1	118,4	123,3	4,2%	56,7%
23 Brasil	60,4	73,1	96,5	118,3	22,6%	96,0%
24 Emirados Árabes	52,2	67,1	82,8	112,5	36,0%	115,7%
25 Tailândia	68,1	80,3	96,2	110,1	14,4%	61,7%
Demais	1.240,3	1.455,3	1.827,0	2.177,7	19,2%	75,6%
Mundo	6.484,0	7.572,0	9.191,0	10.393,0	13,1%	60,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC.

Do mesmo modo, no trimestre, as três categorias de produtos apresentaram valores recordes: manufaturados (US\$ 16.622 milhões), básicos (US\$ 7.987 milhões) e semimanufaturados (US\$ 4.054 milhões). Os básicos foram os que apresentaram maior crescimento frente ao mesmo trimestre do ano anterior (30,9%), seguidos dos manufaturados (12,8%) e dos semi (3,2%). Nos manufaturados, as vendas dos três principais produtos da pauta brasileira apresentaram crescimentos expressivos em relação ao mesmo período de 2005: automóveis (+21,2%; no total de US\$ 424,0 mi-

lhões), aparelhos transmissores e receptores (+16,9%; US\$ 303,8 milhões) e aviões (+62,3%; US\$ 267,7 milhões).

O crescimento nas exportações ocorreu tanto pelo crescimento dos preços quanto pelo volume embarcado. Segundo os indicadores calculados pela Funcex, houve crescimento de 12,1% no *quantum* e 7,2% nos preços. Os produtos básicos apresentaram os maiores crescimentos nos preços dos produtos (19,9%) e nas quantidades embarcadas (12,6%).

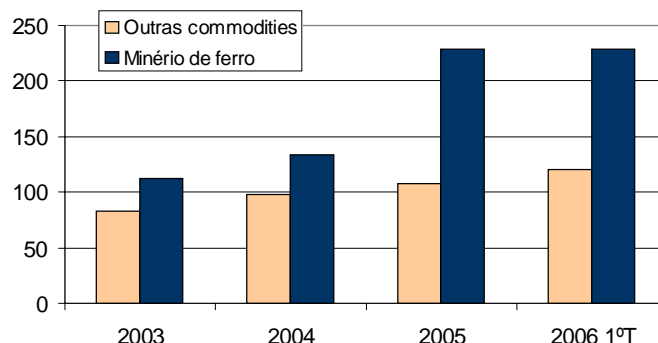
Exportações de minério de ferro alcançaram US\$ 2 bilhões no trimestre

As exportações brasileiras de minério de ferro foram de US\$ 2 bilhões no primeiro trimestre de 2006, resultado 65% superior ao verificado no mesmo período do ano passado. O crescimento das vendas de minério ocorre a partir de bases já elevadas. Em 2005, o Brasil exportou US\$ 7,3 bilhões do produto (+52,1% em relação a 2004).

Além do Brasil, os maiores exportadores mundiais de minério de ferro são Austrália (US\$ 4,5 bilhões em 2004), Índia (US\$ 3,1 bilhões), Canadá (US\$ 726 milhões) e Suécia (US\$ 667 milhões). Naquele ano, o Brasil já exportara US\$ 4,8 bilhões.

No mercado internacional houve forte alta do preço da *commodity*. O índice de preços apurado pelo FMI registra a duplicação do preço internacional do produto nos últimos dois anos. O crescimento foi muito superior à maioria das outras *commodities* não combustíveis – ver gráfico 3.2. Os preços no primeiro trimestre de 2006 têm se mantido estáveis em relação ao final do ano anterior. Em relação a março de 2005, o preço do minério brasileiro exportado cresceu 50,5%. No Brasil há também aumento das quantidades embarcadas, com crescimento de 27,5% em relação ao mesmo mês no ano passado. No mês de março, as vendas externas do produto cresceram 91,8%.

Gráfico 3.2: Preços internacionais do minério e *commodities* não combustíveis: 2003 a 2006 (1995 = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FMI

As cidades brasileiras exportadoras

São Paulo foi a principal cidade brasileira exportadora em 2005, mas suas exportações reduziram-se 4,5% em relação ao ano anterior. Das 20 principais cidades exportadoras, 6 estão no estado de São Paulo. A região Sudeste possui mais da metade das cidades entre as vinte primeiras no *ranking* nacional – ver tabela 3.2. Em 2005, foram registradas mais de 1.900 cidades brasileiras com vendas ao exterior e as vinte principais responderam por 40% das exportações totais do país.

A cidade de Duque de Caxias apresentou o maior crescimento nas exportações no ano passado: 233% ou US\$ 2,7 milhões em relação a 2004, principalmente pelas vendas da indústria do petróleo. São Bernardo do Campo e Manaus também apresentaram expressivo crescimento de exportações em 2005, cerca de US\$ 1 bilhão em relação ao ano anterior.

Tabela 3.2: As vinte principais cidades brasileiras exportadoras: 2004 e 2005 (em US\$ milhões)

	Cidade	Estado	2004	2005	2005/2004
1	São Paulo	São Paulo	5.874,6	5.607,9	-4,5%
2	São José dos Campos	São Paulo	4.725,5	4.913,3	4,0%
3	Duque de Caxias	Rio de Janeiro	1.177,8	3.918,1	232,7%
4	São Bernardo do Campo	São Paulo	2.791,9	3.673,7	31,6%
5	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3.617,6	3.021,0	-16,5%
6	Santos	São Paulo	1.681,7	2.378,7	41,4%
7	Paranaguá	Paraná	2.738,5	2.121,0	-22,5%
8	Manaus	Amazonas	1.136,3	2.111,2	85,8%
9	Itajaí	Santa Catarina	1.418,4	2.088,6	47,2%
10	Camaçari	Bahia	1.545,2	1.967,2	27,3%
11	Vitória	Espírito Santo	1.625,1	1.954,8	20,3%
12	Curitiba	Paraná	1.311,2	1.667,5	27,2%
13	Piracicaba	São Paulo	1.185,7	1.637,1	38,1%
14	Guarulhos	São Paulo	1.287,5	1.604,0	24,6%
15	São José dos Pinhais	Paraná	975,5	1.600,7	64,1%
16	Parauapebas	Pará	1.007,5	1.442,9	43,2%
17	Barcarena	Pará	1.272,5	1.435,6	12,8%
18	Serra	Espírito Santo	1.230,5	1.426,4	15,9%
19	São Francisco do Conde	Bahia	761,1	1.412,0	85,5%
20	Itabira	Minas Gerais	929,3	1.355,2	45,8%
	Demais		58.181,9	70.971,3	22,0%
	Total		96.475,2	118.308,3	22,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC.

Os principais destinos das exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2006 foram os países da ALADI. As exportações e as importações apresentaram crescimentos relativos semelhantes no período. As exportações brasileiras àqueles países cresceram em termos absolutos quase US\$ 1,4 bilhão em relação aos primeiros três meses do ano passado. Em 2005, o primeiro lugar no *ranking* de blocos de destino era ocupado pela União Européia – ver tabela 3.3.

A Argentina foi o principal destino das vendas brasileiras para a América Latina, alcançando um total de US\$ 2.480 milhões no trimestre (+18,2% em relação ao

primeiro trimestre de 2005). O Brasil apresentou superávit de US\$ 859 milhões com aquele país.

O Brasil também possui grande saldo comercial com os Estados Unidos e os países da União Européia. Mas o comportamento dos fluxos comerciais no primeiro trimestre foi distinto entre esses países. As importações cresceram mais do que exportações no caso dos Estados Unidos e as exportações mais do que as importações no da União Européia.

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações brasileiras no trimestre, mas elas apresentaram crescimento de apenas 2% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado muito abaixo da média geral. A participação do país na pauta total brasileira declinou 3 pontos percentuais entre os primeiros trimestres de 2005 e 2006. A redução nas exportações àquele país ocorreu principalmente devido à queda nas vendas de petróleo, motores para veículos e laminados planos.

Tabela 3.3 Balança comercial brasileira segundo blocos econômicos: primeiros trimestres de 2005 e 2006 (US\$ milhões e variação %)

	Exportações		Var. % 2006/05	Importações		Var. % 2006/05	Saldo	
	2006	2005		2006	2005		2006	2005
ALADI	6.721	5.344	25,8%	3.246	2.557	26,9%	3.475	2.787
União Européia	6.483	5.810	11,6%	4.597	4.288	7,2%	1.886	1.522
EUA*	5.569	5.303	5,0%	3.421	2.908	17,6%	2.148	2.395
Ásia	4.315	3.415	26,4%	5.184	3.398	52,6%	(869)	17
África	1.535	1.204	27,5%	1.565	1.554	0,7%	(30)	(350)
Oriente Médio	1.091	890	22,6%	767	440	74,3%	324	450
Europa Oriental	832	604	37,7%	281	213	31,9%	551	391
Demais	2.841	1.881	51,0%	985	788	25,0%	1.856	1.093
Total	29.387	24.451	20,2%	20.046	16.146	24,2%	9.341	8.305

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC

*Inclui Porto Rico

O maior déficit comercial do Brasil ocorre com os países da Ásia. As vendas de produtos brasileiros àqueles países cresceram significativamente no período, mas o crescimento das importações suplantou o bom desempenho das exportações. As contas comerciais com os países asiáticos foram praticamente equilibradas no primeiro trimestre de 2005 e apresentaram déficit de US\$ 869 milhões em 2006.

A China é o principal destino dos produtos brasileiros naquele continente, sendo responsável por US\$ 1.558 milhões em importações no primeiro trimestre de 2006. As exportações do Brasil para a China cresceram 35,3% em relação ao mesmo período do ano passado; as importações cresceram 48,7%, e houve um pequeno déficit do Brasil, de US\$ 62 milhões. No primeiro trimestre de 2005, houve superávit, embora também pequeno, de US\$ 60 milhões.

A categoria que apresentou maior crescimento nas importações do trimestre foi a de bens de consumo duráveis (37,8%), com destaque para as compras de automóveis (53,4%). Apresentaram também expressivos crescimentos as compras de máquinas e aparelhos de uso doméstico (85,4%), utensílios domésticos (40,1%) e móveis (35,4%). Entretanto, bens de consumo duráveis representam uma parcela pequena das importações totais, apenas 5,7%.

Os bens de consumo não duráveis representaram uma parcela pouco maior: 6,5%. As maiores taxas de crescimento no trimestre ocorreram nas compras de artigos do vestuário e confecções (57,2%), bebidas e tabacos (48,6%), produtos alimentícios (28,9%) e farmacêuticos (21,0%).

Ao contrário das categorias de bens de consumo, a de matérias-primas e bens intermediários foi muito significativa na pauta de importações do Brasil, respondendo por 49,9% das importações totais. A categoria de intermediários foi a que apresentou menor crescimento em relação ao primeiro trimestre de 2005 (13,3%), levando à sua participação declinar três pontos percentuais nas importações totais.

A categoria de bens de capital também é relevante na pauta brasileira de importações, tendo sido responsável por 21,2% do total no primeiro trimestre. Os maiores incrementos ocorreram nas compras de equipamentos fixos de transporte (100,2%), equipamentos móveis de transporte (40,0%), máquinas e aparelhos de escritório (38,2%) e máquinas industriais (34,5%).

MATÉRIA ESPECIAL:**Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos:
histórico e desempenho recente**Patricia Zendron²

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) é um mecanismo que combina a compensação multilateral de pagamentos com um sistema de garantias e de financiamento transitório dos saldos compensados entre doze bancos centrais. Participam do CCR os países membros da ALADI exceto Cuba (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e a República Dominicana.

O acordo foi firmado em 25 de agosto de 1982 e substituiu o Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos dos países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, de 22/09/1965, chamado de “Acordo do México”. O CCR se insere em uma agenda mais ampla, de integração das economias latino-americanas, porém sua função primordial no momento de criação era diminuir a transferência de divisas entre os países participantes, através da compensação multilateral periódica dos débitos e créditos recíprocos. Naquela ocasião, no início dos anos 80, havia dificuldade em obter garantias externas, a liquidez internacional era baixa e os países da América Latina estavam enfrentando problemas de escassez de reservas internacionais.

Os objetivos do CCR são estimular as relações financeiras entre os países da região, facilitar a expansão do comércio recíproco e sistematizar as consultas mútuas em assuntos monetários, cambiais e de pagamentos. Buscam-se também a intensificação das relações econômicas entre seus países membros, a redução dos fluxos internacionais de divisas e o estímulo às relações entre as instituições financeiras da região.

O curso no CCR é voluntário e está restrito a operações comerciais entre os países membros, sejam pagamentos derivados do comércio de bens e serviços ou diferentes documentos de crédito associados a operações comerciais, independente de origem e prazo³. Desta forma, o CCR permite respaldo a operações de financiamento de comércio exterior, incluindo também os juros de financiamentos ao comércio, bem como despesas e comissões bancárias associadas a estas operações.

O funcionamento do CCR é regulamentado internamente pelos bancos centrais de cada país, que possuem autonomia para definir as garantias oferecidas no âmbito do convênio, as operações canalizadas e os instrumentos a serem utilizados de acordo com as suas necessidades.⁴

Funcionamento

O curso de operações no CCR é marcado pela facilidade de operação e a flexibilidade de instrumentos disponíveis. Primeiramente, o banco central de cada país concede autorização para determinados bancos comerciais operarem no CCR e prestarem garantias em seu nome. Caso o exportador deseje, ele deve solicitar a um banco comercial que curse a sua exportação de bens e/ou serviços pelo CCR. Já o banco comercial

² A autora agradece os comentários de Luciene Monteiro Machado, Ângela Carvalho, Luiz Filipe Castro Neves e Leonardo Botelho Ferreira. Eventuais erros remanescentes são de responsabilidade da autora.

³ Há exigência de regras de origem para as mercadorias e os serviços cujas operações sejam cursadas no CCR.

⁴ A regulamentação no Brasil será discutida mais adiante.

al do país importador precisa inscrever um código de reembolso, que é confirmado pelo banco central. O banco comercial do exportador, de posse deste código, demanda o registro do débito, com as devidas parcelas, junto ao banco central do país exportador, que por sua vez, encaminha este registro para o banco central do país importador.

Na data de vencimento das obrigações registradas, o exportador apresenta os documentos necessários e recebe o pagamento através do seu banco comercial. Este, por sua vez, obtém o reembolso do banco central do país exportador, que registra simultaneamente um crédito a seu favor contra o banco central do país de destino das exportações. O banco central do país importador cobra do banco do importador de acordo com as suas normas internas.

Somente neste momento descrito acima é que as operações cursadas no CCR são registradas no sistema da ALADI. Ou seja, nas estatísticas das operações cursadas no CCR, os valores não são registrados quando da exportação dos bens e serviços e sim na data de pagamento. Em caso de financiamentos, os respectivos valores são registrados no vencimento de cada uma das parcelas.

A diferença diária entre débitos e créditos entre dois países é coberta por linhas de crédito bilaterais, até o momento da compensação ou do pagamento antecipado. Para efeito do CCR, o pagamento antecipado não corresponde à quitação antecipada de uma operação, mas tão somente a transferência de divisas entre os bancos centrais correspondentes em data anterior à compensação quadrimestral.

As linhas de crédito recíprocas possuem limites de endividamento *stand by*, mas as operações cursadas que excedam este valor não implicam suspensão do pagamento. Os créditos são irrevogáveis. O que se exige é que o valor excedente seja pago antes da data de compensação ou que o país negocie uma substituição de débitos com outro banco central que possua margem com o banco central do país exportador. Sobre o financiamento temporário entre bancos centrais signatários incide a taxa de juros do CCR, composta pela LIBOR de quatro meses⁵ mais 1% a.a.

A compensação é realizada a cada quatro meses por um sistema operado pelo Banco Central do Peru. Os períodos se encerram no último dia útil de abril, agosto e dezembro e até o oitavo dia útil do mês seguinte, os bancos centrais pagam ou recebem somente o saldo global de suas operações com todos os demais signatários. Assim, a transferência de divisas baseia-se no saldo multilateral e não nos saldos bilaterais. O banco correspondente utilizado para compensação multilateral é o Federal Reserve Bank of New York.

O mecanismo do CCR, criado pela rede de bancos centrais e descrito acima, serve para oferecer garantias aos instrumentos bancários emitidos por bancos de seus respectivos países em transações de comércio exterior. As garantias oferecidas são de três tipos: conversibilidade, transferência e reembolso automático⁶.

A garantia de conversibilidade diz respeito à conversão imediata para dólares norte-americanos dos pagamentos efetuados em moeda local pelo banco comercial do importador. A garantia de transferência assegura que o banco central do importador vai transferir os dólares decorrentes dos pagamentos anteriores ao banco central do exportador. Por fim, a garantia de reembolso automático pelo banco central do país ex-

⁵ Utiliza-se a média aritmética simples dos primeiros três meses e quinze dias de cada período.

⁶ No caso brasileiro, o banco central restringiu a garantia de reembolso automático às operações com prazo abaixo de 360 dias.

portador decorre da aceitação irrevogável dos débitos no âmbito do CCR. Em resumo, cada banco central garante a cobertura de moeda destinada a pagamentos através do sistema e se obriga aos débitos em sua conta, sempre que dentro das normas do convênio e de acordo com a regulamentação interna do CCR em cada país.

O CCR permite que o exportador elimine o risco comercial e transforme o risco soberano do país do importador em risco soberano do seu próprio país. Quanto ao risco comercial, se o importador deixar de honrar a dívida, o banco comercial do importador torna-se responsável. Já o risco do banco comercial não pagar é assumido pelo banco central do país importador. Por fim, o risco soberano, do banco central do importador não transferir as divisas, é assumido pelo banco central do país exportador.⁷

Como a compensação é multilateral, este risco soberano é diluído, pois as divisas efetivamente transferidas representam apenas uma parcela do total de operações cursadas⁸. A inadimplência no CCR é historicamente baixa e os países procuram priorizar os pagamentos do convênio frente aos demais compromissos externos. A Tabela 1 apresenta as situações de atraso de pagamento no CCR, destacando-se que estes atrasos não superaram a data de compensação seguinte. Em até quatro meses após o registro de atraso, a situação já estava normalizada.

Tabela 1: Atrasos de pagamento no CCR

Período	Países
2º Quadrimestre de 1979	República Dominicana
2º Quadrimestre de 1981	Bolívia
3º Quadrimestre de 1982	Argentina
1º Quadrimestre de 1983	República Dominicana
3º Quadrimestre de 1983	República Dominicana
1º Quadrimestre de 1984	Equador e República Dominicana
1º Quadrimestre de 1986	Equador
2º Quadrimestre de 1986	Equador
2º Quadrimestre de 1987	Equador
3º Quadrimestre de 1987	Peru
1º Quadrimestre de 1989	Equador
2º Quadrimestre de 1989	República Dominicana
3º Quadrimestre de 1989	República Dominicana
1º Quadrimestre de 1990	Peru e República Dominicana
2º Quadrimestre de 1990	República Dominicana

Fonte: ALADI

Em caso de *default*, a dívida volta a ser bilateral, porém a renegociação de débitos não pagos conta desde maio de 1991 com o Programa Automático de Pagamento (PAP). Este mecanismo estabelece o parcelamento do valor devido em até quatro parcelas mensais, sobre as quais incide a taxa de juros do CCR mais 1% a.a. O montante pago em cada parcela é distribuído *pro rata* entre os credores.

As garantias oferecidas pelo sistema facilitam e reduzem o custo de operações comerciais entre os países participantes, especialmente aquelas que necessitam de fi-

⁷ Somente o banco central do país importador pode autorizar o débito da sua conta no convênio.

⁸ Para a evolução das divisas transferidas, ver histórico das operações do CCR a seguir.

nanciamento. O importador não precisa necessariamente de uma carta de crédito de um banco internacional de primeira linha para que o exportador se sinta confortável para fazer uma venda financiada. Basta que o importador obtenha uma garantia ou carta de crédito de um banco comercial do seu país e curse os pagamentos no âmbito do CCR para que a operação seja garantida pelos bancos centrais dos países envolvidos, segundo suas regulamentações internas.

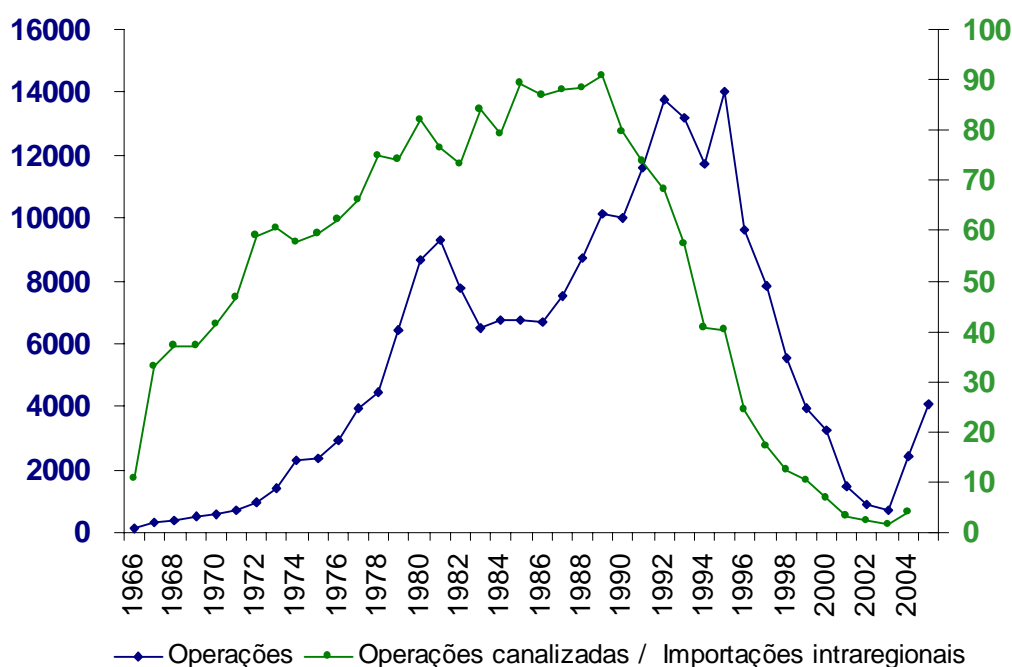
No final dos anos 1990, diversos países adotaram medidas no sentido de reduzir o risco soberano incorrido por seus bancos centrais. A Argentina passou a exigir depósito prévio para as importações cursadas no CCR e a Venezuela limitou a 180 dias o prazo das operações a serem cursadas. Na mesma época, como será visto adiante, o Brasil combinou estes dois tipos de medidas⁹. Ainda assim, a compensação multilateral reduz riscos e permite que a contratação de seguros contra riscos políticos seja feita com prêmios reduzidos.

Em muitos casos, o curso através do CCR é uma maneira de viabilizar exportações de bens de maior valor agregado, com destaque para bens de capital.

Histórico

Nos anos 1980, a participação das operações cursadas no CCR no total do comércio regional era expressiva – ver Gráfico 1. O convênio era uma forma dos países promoverem o comércio e economizar divisas, o que levou muitos países a obrigar o curso do seu comércio regional pelo CCR.

Gráfico 1: Operações cursadas no CCR (em US\$ mil) e sua participação no comércio regional (%) – 1966 a 2005



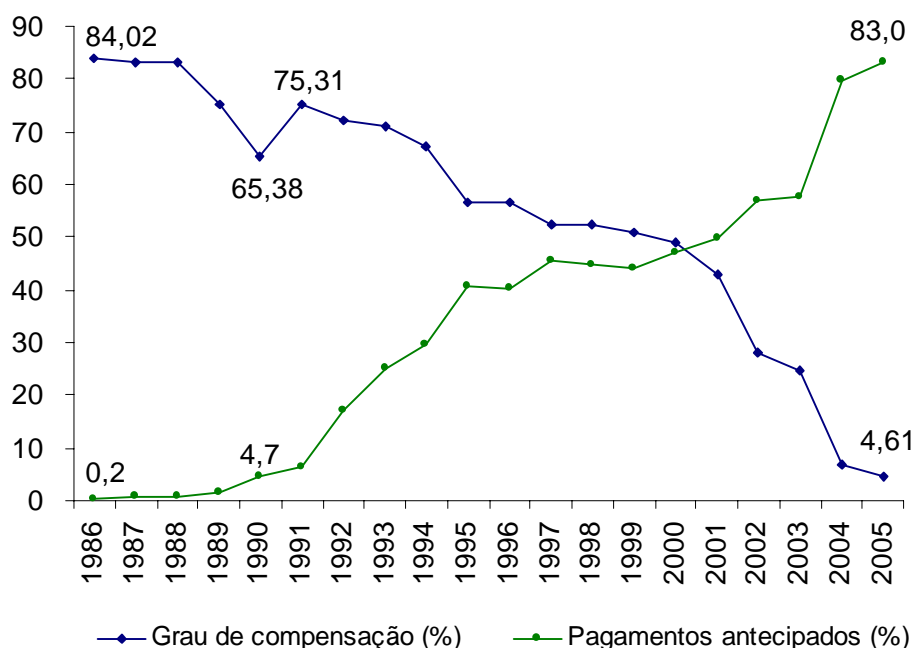
Fonte: ALADI

⁹ Posteriormente as restrições ao CCR no Brasil foram flexibilizadas.

A partir dos anos 1990, a participação de operações comerciais cursadas no CCR no total do comércio regional sofreu quedas sucessivas. Esta redução é fruto não apenas do crescimento do comércio entre os países da ALADI, mas também da queda das operações cursadas através do CCR. Contribuíram para isso o fim da obrigatoriedade de cursar as operações comerciais e diversas restrições impostas pelos bancos centrais às operações a serem cursadas, como discutido acima. Já Chang (2000) adiciona outros quatro fatores relevantes nesta queda: (i) o processo de liberalização e internacionalização dos mercados financeiros, (ii) a dolarização de diversos países da ALADI e a operação de bancos internacionais no mercado latino-americano, (iii) a adoção de regime de câmbio flexível, que reduz a necessidade de reservas internacionais e o benefício de participar do CCR, e (iv) o fato do CCR ser complementar e secundário em relação ao objetivo de integração da ALADI.

Desde o início da década de 1990, o volume de pagamentos antecipados¹⁰ tem se elevado, como forma de redução dos custos financeiros incorridos pelos bancos centrais. A prática ganhou expressão quando a taxa praticada no CCR começou a se distanciar das taxas de captação aplicáveis às reservas. Na década de 1980, o pagamento antecipado não era comum, sendo até mesmo inexistente em alguns anos. Na segunda metade da década de 1990, já superavam 40% das operações cursadas no convênio. Desde que a taxa de juros foi fixada em Libor de 4 meses mais 1% a.a. em 1999, o custo financeiro do CCR perdeu ainda mais competitividade e a participação dos pagamentos antecipados se elevou fortemente, chegando a 83% em 2005.

Gráfico 2: Grau de compensação (%) e participação de pagamentos antecipados (%) – 1986 a 2005



Fonte: ALADI

A combinação de baixa utilização e alto índice de antecipação de pagamentos no CCR a partir dos anos 1990 descaracteriza o convênio e, com isso, deixa de atingir o objetivo de compensar saldo e economizar divisas. O Gráfico 2 apresenta a economia de

¹⁰ Como visto anteriormente, para efeito do CCR, pagamentos antecipados correspondem tão somente a transferências de divisas entre os bancos centrais em data anterior à compensação quadrimestral.

divisas medida pelo grau de compensação e a participação dos pagamentos antecipados em relação ao total de operações cursadas no CCR entre 1986 e 2005. O grau de compensação é razão entre o montante efetivamente compensado e o total de débitos cursados, que depende tanto do curso de operações até a data da compensação multilateral quanto da existência de débitos e créditos que se compensem mutuamente.

Brasil

A partir do ano 2000, o CCR passou por diversas mudanças em sua regulação no Brasil. Em maio daquele ano, a Circular 2.982/2000 reduziu a assunção de risco país e de risco bancário pelo Banco Central do Brasil (BCB). Esta redução foi obtida através de duas medidas. As operações passíveis de curso pelo CCR foram limitadas às importações e exportações para pagamento/recebimento até 360 dias e foi exigido o recolhimento antecipado dos pagamentos de importações (à exceção de importações inferiores a US\$ 100 mil com origem em países do Mercosul, Bolívia ou Chile).

Como consequência destas restrições, o número e o valor das operações cursadas caiu. Muitas das exportações brasileiras de bens de capital e serviços para a América Latina saíram prejudicadas com a decisão de limitar o CCR a pagamentos a prazos inferiores a um ano. Quanto às importações, quando o BCB passou a exigir depósitos dos bancos brasileiros na base de 100% das transações cursadas no CCR, o resultado foi coibir as importações brasileiras de países da região.

Em outubro de 2002, através da Circular 3.160/2002, o BCB voltou a admitir o curso de operações com prazo superior a 360 dias. Hoje, portanto, não há restrições de prazo ou valor impostas para o curso de operações. Entretanto, somente as exportações com prazo até 360 dias recebem pagamento no vencimento informado pelo banco comercial. As operações com prazos superiores necessitam aguardar a compensação quadrimestral e a confirmação de que o banco central do importador efetuou pagamento. Os valores são remunerados à taxa LIBOR de 2 meses menos 0,125% a.a.¹¹ pro rata entre a data de vencimento e o efetivo pagamento. Em outras palavras, nas operações com prazo acima de um ano não há garantia de reembolso automático pelo Banco Central do Brasil.

Cerca de um ano depois, a Circular 3.211/2003, de dezembro de 2003, retirou a restrição sobre as importações. Desde então, foi eliminado o recolhimento antecipado nas importações cursadas pelo CCR.¹²

A Tabela 2 apresenta o histórico de participação do Brasil no CCR. Os valores cursados atingiram seu máximo em 1992, com US\$ 5,0 bilhões. Em 2003, foram cursados apenas US\$ 384 milhões e no ano seguinte houve pequena recuperação para US\$ 665 milhões.

Como os valores cursados envolvem também as parcelas de financiamentos de exportações realizadas em períodos anteriores, a participação dos valores cursados no CCR sobre o total de exportações para os países signatários pode superar 100%, como ocorreu para o Brasil em 1988 e 1989. Em 1989, os valores cursados atingiram 107,5% das exportações para os países signatários e desde então vieram caindo até o patamar atual, próximo de 3%.

¹¹ Usualmente a taxa é denominada LIBOR menos um oitavo.

¹² Adicionalmente, ainda em dezembro de 2003, a Medida Provisória 142/2003, posteriormente promulgada Lei 10.844/2004, retirou os créditos do BCB contra o banco credenciado da massa falida, em caso de liquidação extra-judicial ou falência da instituição financeira.

Em relação às exportações totais do Brasil, os valores cursados no CCR chegaram a 14%, participação registrada em 1992. Desde 2002, sua participação nas exportações brasileiras não superou 1%.

Tabela 2: Valores cursados no CCR (em US\$ milhões) e sua participação na pauta de exportações (em %) – 1980 a 2005

Ano	Valores cursados no CCR (1)	Exportações p/ países do CCR (2)	(1)/(2)	Exportações brasileiras (3)	(1)/(3)
1980	2.134	3.475	61,42%	20.134	10,60%
1981	2.442	4.232	57,71%	23.295	10,48%
1982	1.654	2.879	57,46%	20.181	8,20%
1983	1.964	2.079	94,46%	21.903	8,97%
1984	1.974	2.851	69,25%	27.007	7,31%
1985	2.208	2.258	97,81%	25.639	8,61%
1986	2.065	2.553	80,92%	22.349	9,24%
1987	2.459	3.011	81,76%	26.224	9,38%
1988	3.963	3.781	105,44%	33.790	11,73%
1989	3.813	3.623	107,52%	34.383	11,09%
1990	2.714	3.308	84,20%	31.414	8,64%
1991	3.277	5.032	65,98%	31.620	10,36%
1992	5.034	7.675	65,74%	35.793	14,07%
1993	4.016	9.225	43,62%	38.555	10,42%
1994	3.324	9.835	33,88%	43.545	7,63%
1995	2.870	10.084	28,58%	46.506	6,17%
1996	2.271	11.044	20,64%	47.747	4,76%
1997	1.856	13.722	13,57%	52.994	3,50%
1998	1.448	13.528	10,75%	51.140	2,83%
1999	987	10.698	9,29%	48.011	2,06%
2000	876	13.033	6,77%	55.086	1,59%
2001	674	12.357	5,50%	58.223	1,16%
2002	495	10.075	4,92%	60.362	0,82%
2003	384	13.147	2,92%	73.084	0,53%
2004	665	19.967	3,33%	96.475	0,69%
2005	nd	25.760	nd	118.309	nd

Fonte: SAIN-MF, SECEX-MDIC e ALADI

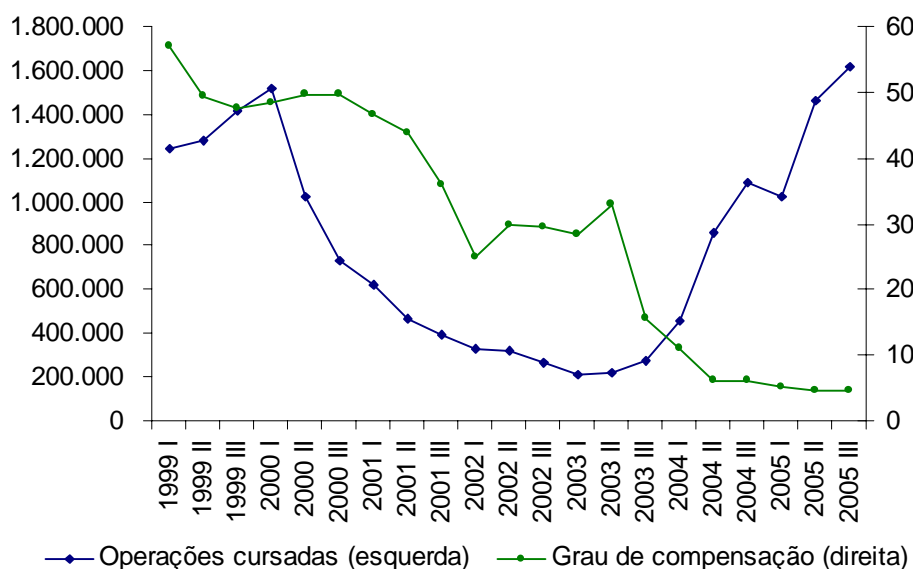
Desempenho recente

Segundo dados da ALADI, o volume total de operações cursadas no CCR, medido pelo total de débitos registrados, continua a trajetória de expansão iniciada no segundo quadrimestre de 2003. No terceiro quadrimestre de 2005 foram registrados valores no total de US\$ 1,62 bilhões, o que representou uma variação de 48% em relação ao mesmo período de 2004.

O acumulado em 2005 superou em 71% o total cursado em 2004. No entanto, esta evolução está condicionada à participação da Venezuela e não se traduz em um elevado grau de compensação multilateral (ALADI, 2006). Ademais, a recente alta ex-

pressiva nos valores totais cursados ainda não recuperou os valores de meados da década de 1990, como mostrado anteriormente no Gráfico 1.

Gráfico 3: Operações cursadas pelo CCR⁽¹⁾ (em US\$ mil) e grau de compensação⁽²⁾ (em %) – 1999 I a 2005 III



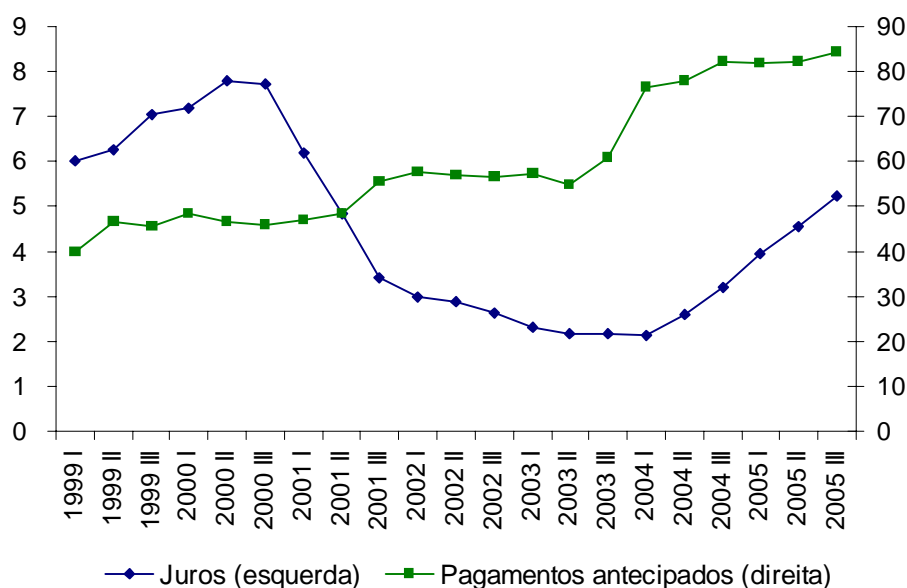
Fonte: elaboração própria a partir de dados da ALADI

Nota: (1) Total de débitos registrados (2) Montante efetivamente compensado / Total de débitos cursados

Apesar do aumento das operações cursadas, o grau de compensação não reverteu sua trajetória de queda. Entre setembro e dezembro de 2005, a economia de divisas através da compensação multilateral ficou em US\$ 71,5 milhões ou 4,4% do total cursado, a menor participação já registrada. Este é o montante de divisas que os países deveriam transferir tendo em vista seus débitos e não transferem devido à compensação. A compensação multilateral potencial no quadrimestre foi de US\$ 201 milhões ou cerca de 12%.

A disparidade entre o montante de divisas efetivamente compensadas e o total de débitos cursados no CCR se deve em grande medida aos pagamentos antecipados. A participação de transferências antecipadas manteve-se acima de 80% nos últimos 12 meses. Os pagamentos antecipados totalizaram US\$ 1,37 bilhões ou 84,4% do total de operações cursadas no terceiro quadrimestre de 2005. Já a taxa de juros aplicada sobre os débitos aumentou de 4,55% ao ano no segundo quadrimestre de 2005 para 5,24% no terceiro quadrimestre.

Gráfico 4: Juros incidentes nas operações cursadas pelo CCR (em %aa) e participação dos pagamentos antecipados no total de débitos (em %) – 1999 I a 2005 III



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ALADI

Na avaliação da participação dos diversos países no CCR, destaca-se a posição da Venezuela, com 86% do total de débitos (ajustados para pagamentos antecipados) – ver Tabela 3. A crescente utilização do CCR pela Venezuela desde 2003 é determinante para a expansão do volume total das operações cursadas. Porém, este país praticamente não se beneficia da compensação multilateral, devido ao baixo volume de créditos cursados através do CCR. Isto se traduz no baixo índice de equilíbrio (-0,1%), que mede a relação entre débitos e créditos no CCR¹³, e baixo grau de compensação (0,1%).

Em relação aos índices de equilíbrio, Bolívia e Equador são os países que têm a participação mais equilibrada no CCR, ambos atingindo índices de quase 78%; seguido pelo Paraguai (64,8%) e Peru (62,5%). Dentre os maiores credores do CCR, os índices de equilíbrio são baixos: Colômbia (1,1%), Brasil (3,9%) e México (0,2%).

O baixo grau de compensação geral do CCR se reflete na posição da maioria dos países e mesmo percentuais altos podem não indicar grande volume de economia de divisas. Embora Brasil e México possuam 100% de compensação no terceiro trimestre de 2005, isto resulta da baixa relação de débitos em relação aos créditos e não de um uso expressivo da compensação multilateral. Estes países também foram os únicos que não fizeram pagamentos antecipados no período considerado.

¹³ Toma-se a razão entre o menor e o maior valor e quanto mais próximo esta razão estiver de 100%, mais equilibrada é a situação do país no CCR.

Tabela 3: Evolução da utilização do CCR por países (em US\$ mil e %) - Terceiro quadrimestre de 2005

País	Débitos ajustados	Participação nos débitos	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Índice de equilíbrio ⁽²⁾	Grau de compensação ⁽³⁾
Argentina	39.074,9	2,4%	54.758,9	41,6%	42,2%
Bolívia	7.015,6	0,4%	1.996,5	77,8%	13,1%
Brasil	18.208,4	1,1%	452.468,2	3,9%	100,0%
Colômbia	6.752,5	0,4%	602.952,2	1,1%	41,5%
Chile	39.621,2	2,4%	58.820,8	40,2%	41,8%
Equador	37.347,9	2,3%	10.743,4	77,7%	19,2%
México	340,2	0,0%	214.894,5	0,2%	100,0%
Paraguai	20.572,3	1,3%	-7.245,5	-64,8%	4,8%
Peru	33.640,7	2,1%	20.200,9	62,5%	16,0%
Uruguai	14.301,7	0,9%	-9.318,4	-34,8%	11,5%
Venezuela	1.390.616,8	85,9%	-1.389.615,2	-0,1%	0,1%
Rep. Dominicana	10.656,5	0,7%	-10.656,5	0,0%	0,0%
TOTAL	1.618.148,9	100,0%	0,0	100,0%	4,4%

(1) Saldo no CCR ajustado pelos pagamentos antecipados efetuados e recebidos

(2) Total de débitos / Total de créditos cursados no CCR

(3) Montante efetivamente compensado / Total de débitos cursados no CCR

Fonte: elaboração própria a partir de dados da ALADI.

As linhas de crédito recíproco vigentes entre os bancos centrais participantes não sofreram modificações entre setembro e dezembro de 2005. O volume total de linhas de crédito foi de US\$ 3,36 bilhões, dos quais US\$ 536 milhões em linhas extraordinárias.

Os instrumentos mais utilizados foram ordens de pagamento (56,3%), devido à elevada utilização pela Venezuela (99% destes débitos), e cartas de crédito (29,8%). Ordens de pagamento são instruções a um banco para que pague ou transfira uma soma de dinheiro a um beneficiário designado. São utilizadas geralmente para pagamentos à vista ou para realizar cobranças simples (instrumento não previsto diretamente pelo convênio), uma vez que o importador tenha depositado o respectivo contravalor em moeda nacional.

Tabela 4: Evolução do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - Terceiro quadrimestre de 2005

	Valor	Variação (%)	
		Quadrimestre anterior	Mesmo quadrimestre do ano anterior
Operações Cursadas (US\$ mil)	1.618.149	10,5	48,3
Transferências antecipadas (US\$ mil)	1.366.332	13,4	52,2
Divisas transferidas (US\$ mil) ⁽¹⁾	1.546.662	10,6	50,9
Saldo multilateral (US\$ mil)	180.330	-6,9	41,8
Taxa de juros (%aa)	5,24	15,2	63,8
Grau de compensação (%) ⁽²⁾	4,42	-1,2	-27,0
Pagamentos antecipados (%)	84,44	2,6	2,6

(1) Pagamentos antecipados e liquidação quadrimestral de saldos

(2) Montante efetivamente compensado / Total de débitos cursados no CCR

Fonte: elaboração própria a partir de dados da ALADI.

Bibliografia

- ALADI (2006). “Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos - Compensación Multilateral de Saldos: Tercer cuatrimestre de 2005”, ALADI/SEC/di 1915.2, www.aladi.org
- ALADI, “Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos”, www.aladi.org
- Banco Central do Brasil (2005). “Informativo CCR nº 4 (maio-agosto 2005)”, www.bcb.gov.br
- Banco Central do Brasil. Resoluções do Conselho Monetário Nacional, circulares e regulamentação acessória emitidas pelo Banco Central do Brasil, www.bcb.gov.br
- Chang, Roberto (2000). “Regional Monetary Arrangements for Developing Countries”, G24 Research Papers, www.g24.org
- Secretaria de Assuntos Internacionais SAIN-MF, www.fazenda.gov.br/sain/
- Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC, “Balança Comercial”, www.desenvolvimento.gov.br

PROJEÇÕES E INDICADORES ECONÔMICOS

PROJEÇÕES

Tabela 1 – Projeções

	Produto Interno Bruto - variação %									
	FMI (1)	CEPAL (2)	OCDE (3)	BBVA	Citigroup	Economist (4)	Santander	ONU		
	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2006 P. 2007 P.	2007 P.
Países Desenvolvidos	3,0	2,8	2,5	-	2,8	2,6	-	-	-	2,5
União Européia	2,4	2,3	-	-	2,8	-	-	-	-	2,1
Japão	2,8	2,1	-	-	2,8	2,3	-	-	-	1,9
Estados Unidos	3,4	3,3	-	-	3,6	3,2	-	-	-	3,1
Canadá	3,1	3,0	-	-	3,1	3,3	-	-	-	2,6
Reino Unido	2,5	2,7	-	-	2,4	2,9	-	-	-	2,3
Zona do Euro	2,0	1,9	-	-	2,2	2,1	-	-	-	1,9
Alemanha	1,3	1,0	-	-	1,8	1,6	-	-	-	1,2
França	2,0	2,1	-	-	2,1	2,2	-	-	-	1,8
Itália	1,2	1,4	-	-	1,4	1,3	-	-	-	1,2
Países em Desenvolvimento	6,9	6,6	5,6	-	-	6,1	5,9	-	-	5,6
África	5,7	5,5	-	-	-	4,7	4,6	-	-	5,5
América Latina e Caribe	-	-	4,6	4,1	-	3,6	3,0	-	-	4,6
Argentina	7,3	4,0	7,5	5,5	-	7,8	4,0	-	-	7,0
Bolívia	4,1	3,9	3,3	3,0	-	-	-	-	-	5,0
Brasil	3,5	3,5	3,5	3,7	-	3,6	-	-	-	3,0
Chile	5,5	5,2	5,7	5,5	-	5,8	-	-	-	3,0
Colômbia	4,5	4,0	4,8	4,5	-	4,4	-	-	-	5,5
Equador	3,0	2,2	3,7	3,5	-	-	-	-	-	4,5
México	3,5	3,1	3,5	3,5	-	3,0	2,8	-	-	4,0
Paraguai	3,5	4,0	3,0	3,0	-	3,6	3,2	-	-	3,5
Peru	5,0	4,5	5,6	5,0	-	4,7	4,7	-	-	3,6
Uruguai	4,0	3,5	4,5	4,0	-	-	-	-	-	4,0
Venezuela	6,0	3,0	7,0	4,5	-	4,1	-	-	-	5,0
República Dominicana	5,4	5,0	6,0	5,0	-	-	-	-	-	4,3
Ásia e Pacífico	8,2	8,0	-	-	-	7,4	7,3	-	-	5,5
China	9,5	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Coreia do Sul	5,5	4,5	-	-	9,7	9,5	-	-	-	8,3
Indonésia	5,0	6,0	-	-	5,2	5,3	-	-	-	4,5
Tailândia	5,0	5,4	-	-	-	-	-	-	-	5,3
Índia	7,3	7,0	-	-	7,5	7,1	-	-	-	5,1
Europa Central e Leste Europeu	5,2	4,8	-	-	-	-	-	-	-	6,8
Rússia	6,0	5,8	-	-	6,2	5,7	-	-	-	6,2
Mundo	4,9	4,7	3,3	-	-	3,6	3,5	-	-	5,8

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.
 (1) World Economic Outlook (Abril/2006) e Relatórios de países
 (2) Serie estudios estadísticos y prospectivos: América Latina y el Caribe: proyecciones 2006-2007 (Abril/2006)
 (3) OECD Economic Outlook No. 79 (Maio/2006)
 (4) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, KBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

Tabela 2 – Projeções

	Índice de preços ao consumidor - variação %															
	FMI (1)		CEPAL (2)		OCDE (3)		BBVA		Citigroup		Economist (4)		Santander		ONU	
	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.
Países Desenvolvidos	2,3	2,1	-	-	-	-	-	-	2,4	1,9	-	-	-	-	-	2,0
União Europeia	2,1	2,2	-	-	-	-	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3
Japão	0,3	0,6	-	-	0,7	0,8	0,2	0,2	0,5	0,6	0,4	0,6	-	-	-	0,1
Estados Unidos	3,2	2,5	-	-	3,3	2,4	2,8	2,1	3,3	3,1	2,4	2,4	-	-	-	2,6
Canadá	1,8	2,0	-	-	2,0	2,3	-	-	2,7	2,5	2,2	2,1	-	-	-	1,9
Reino Unido	1,9	1,9	-	-	2,3	1,7	2,0	2,0	2,0	1,7	2,0	1,9	-	-	-	3,9
Zona do Euro	2,1	2,2	-	-	2,2	2,1	2,0	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	-	-	-	2,0
Alemanha	1,8	2,5	-	-	1,6	2,1	1,8	2,3	1,7	2,7	1,6	2,3	-	-	-	1,9
França	1,7	1,8	-	-	1,7	1,4	1,7	1,5	1,7	1,4	1,8	1,5	-	-	-	2,1
Itália	2,5	2,1	-	-	2,4	2,1	1,8	1,6	2,3	1,8	2,1	1,8	-	-	-	1,8
Países em Desenvolvimento	5,4	4,8	-	-	-	-	-	-	5,1	4,5	-	-	-	-	-	4,9
África	9,1	7,3	-	-	-	-	-	-	4,5	4,1	-	-	-	-	-	10,1
América Latina e Caribe	-	-	6,0	-	-	-	5,7	5,5	5,4	5,2	-	-	5,8	5,5	5,3	-
Argentina	12,9	15,0	12,7	-	-	-	12,0	8,0	12,3	12,6	-	-	13,0	12,0	5,5	-
Bolívia	3,4	3,1	4,1	-	4,5	4,5	5,5	-	4,5	4,5	-	-	4,5	4,3	5,0	-
Brasil	4,9	4,4	5,4	-	-	-	3,5	-	3,8	3,2	-	-	3,2	3,6	3,2	-
Chile	3,8	3,0	3,0	-	-	-	4,5	-	4,1	4,4	-	-	4,1	4,0	5,0	-
Colômbia	4,7	4,2	4,1	-	-	-	-	-	3,9	3,2	-	-	2,0	-	-	-
Equador	3,4	3,0	3,8	-	-	-	-	-	3,7	3,3	-	-	3,6	3,7	4,6	-
México	3,5	3,0	3,7	-	3,7	3,0	3,3	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	7,4	4,4	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	2,7	2,2	2,8	-	-	-	2,5	2,5	2,7	2,9	-	-	2,5	-	1,5	-
Uruguai	5,5	4,9	6,2	-	-	-	-	-	5,8	5,8	-	-	-	-	-	-
Venezuela	11,7	17,3	12,5	-	-	-	15,3	-	12,4	12,8	-	-	13,4	12,1	15,0	-
República Dominicana	8,5	5,0	11,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia e Pacífico	3,9	3,5	-	-	-	-	-	-	4,2	3,5	-	-	-	-	-	-
China	2,0	2,2	-	-	3,4	3,5	2,5	-	3,5	3,0	-	-	-	-	-	3,2
Coreia do Sul	2,5	3,0	-	-	2,5	3,2	-	-	2,6	2,7	-	-	-	-	-	3,3
Indonésia	14,2	6,6	-	-	-	-	-	-	13,9	7,2	-	-	-	-	-	6,9
Tailândia	3,6	2,2	-	-	-	-	-	-	5,2	4,6	-	-	-	-	-	3,3
Índia	4,8	4,9	-	-	4,8	4,3	-	-	5,0	5,0	-	-	-	-	-	4,1
Europa Central e Leste Europeu	4,1	3,4	-	-	-	-	-	-	7,2	6,6	-	-	-	-	-	-
Rússia	10,4	9,5	-	-	10,5	10,0	-	-	10,6	9,5	-	-	-	-	-	10,5
Mundo	3,8	3,5	-	-	-	-	-	-	3,1	2,6	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook (Abril/2006) e Relatórios de países

(2) Serie estadísticas y perspectivas: América Latina y el Caribe: proyecciones 2006-2007 (Abril/2006)

(3) OECD Economic Outlook No. 79 (Maio/2006)

(4) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, KBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

Tabela 3 - Projeções

Saldo das Contas Públicas - % do PIB										
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Santander	
	2006 P	2007 P	2006 P	2007 P	2006 P	2007 P	2006 P	2007 P	2006 P	2007 P
Países Desenvolvidos	-3,1	-3,0	-	-	-	-	-2,3	-2,2	-	-
União Européia	-2,6	-2,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-5,7	-5,4	-6,0	-6,0	-	-	-4,1	-3,5	-	-
Estados Unidos	-4,3	-4,0	-4,2	-3,9	-2,7	-2,0	-2,5	-2,5	-	-
Canadá	1,3	1,1	0,9	0,6	-	-	0,2	0,1	-	-
Reino Unido	-3,1	-2,8	-3,0	-3,2	-	-	-2,9	-2,9	-	-
Zona do Euro	-2,3	-2,1	-2,7	-2,5	-2,9	-2,7	-2,7	-2,5	-	-
Alemanha	-3,3	-2,4	-3,6	-2,6	-	-	-3,2	-2,5	-	-
França	-2,9	-3,0	-3,2	-3,0	-	-	-3,4	-3,2	-	-
Itália	-4,0	-4,3	-4,2	-4,8	-	-	-4,8	-4,2	-	-
Países em Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-0,7	-0,9	-	-
África	-	-	-	-	-	-	1,1	0,4	-	-
América Latina e Caribe	-	-	-	-	-1,1	-	-1,0	-1,0	-1,1	-0,5
Argentina	-	-	-	-	1,9	-	1,7	1,2	2,1	2,6
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	-2,5	-1,8	-3,0	-	-3,1	-2,4	-3,1	-2,5
Chile	-	-	-	-	4,6	-	3,5	3,0	5,3	2,6
Colômbia	-	-	-	-	-2,0	-	-1,2	-2,0	-1,4	-2,1
Equador	-	-	-	-	-	-	-0,5	-1,0	1,5	-
México	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	-0,6	-1,0	-1,2	-1,3	-1,1	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-1,0	-0,5	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-2,3	-	1,5	-2,3	-3,9	2,2
Republica Dominicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia e Pacífico	-	-	-	-	-	-	-1,2	-1,6	-	-
China	-	-	-1,1	-1,2	-	-	-1,0	-2,5	-	-
Coréia do Sul	1,5	1,7	2,7	2,8	-	-	0,5	2,0	-	-
Indonésia	-	-	-	-	-	-	-1,3	-0,5	-	-
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-1,4	-2,0	-	-
Índia	-	-	-7,2	-6,8	-	-	-3,8	-3,5	-	-
Europa Central e Leste Europeu	-	-	-	-	-	-	0,7	0,4	-	-
Rússia	-	-	6,5	5,0	-	-	6,5	4,6	-	-
Mundo	-	-	-	-	-	-	-1,9	-1,9	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook (Abril/2006) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 79 (Maio/2006)

Tabela 4 – Projeções

Saldo das Contas Públicas - % do PIB										
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Santander	
	2006.P.	2007.P.	2006.P.	2007.P.	2006.P.	2007.P.	2006.P.	2007.P.	2006.P.	2007.P.
Países Desenvolvidos	-3,1	-3,0	-	-	-	-	-2,3	-2,2	-	-
União Européia	-2,6	-2,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-5,7	-5,4	-6,0	-6,0	-	-	-4,1	-3,5	-	-
Estados Unidos	-4,3	-4,0	-4,2	-3,9	-2,7	-2,0	-2,5	-2,5	-	-
Canadá	1,3	1,1	0,9	0,6	-	-	0,2	0,1	-	-
Reino Unido	-3,1	-2,8	-3,0	-3,2	-	-	-2,9	-2,9	-	-
Zona do Euro	-2,3	-2,1	-2,7	-2,5	-2,9	-2,7	-2,7	-2,5	-	-
Alemanha	-3,3	-2,4	-3,6	-2,6	-	-	-3,2	-2,5	-	-
França	-2,9	-3,0	-3,2	-3,0	-	-	-3,4	-3,2	-	-
Itália	-4,0	-4,3	-4,2	-4,8	-	-	-4,8	-4,2	-	-
Países em Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-0,7	-0,9	-	-
Africa	-	-	-	-	-	-	1,1	0,4	-	-
América Latina e Caribe	-	-	-	-	-1,1	-	-1,0	-1,0	-1,1	-0,5
Argentina	-	-	-	-	1,9	-	1,7	1,2	2,1	2,6
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	-2,5	-1,8	-3,0	-	-3,1	-2,4	-3,1	-2,5
Chile	-	-	-	-	4,6	-	3,5	3,0	5,3	2,6
Colômbia	-	-	-	-	-2,0	-	-1,2	-2,0	-1,4	-2,1
Equador	-	-	-	-	-	-	-0,5	-1,0	1,5	0
México	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	-0,6	-1,0	-1,2	-1,3	-1,1	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-1,0	-0,5	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-2,3	-	1,5	-2,3	-3,9	2,2
Republica Dominicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia e Pacífico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	-	-	-1,1	-1,2	-	-	-1,2	-1,6	-	-
Coreia do Sul	1,5	1,7	2,7	2,8	-	-	-1,0	-2,5	-	-
Indonésia	-	-	-	-	-	-	0,5	2,0	-	-
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-1,3	-0,5	-	-
Índia	-	-	-7,2	-6,8	-	-	-1,4	-2,0	-	-
Europa Central e Leste Europeu	-	-	-	-	-	-	-3,8	-3,5	-	-
Rússia	-	-	6,5	5,0	-	-	0,7	0,4	-	-
Mundo	-	-	-	-	-	-	-1,9	-1,9	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook (Abril/2006) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 79 (Maio/2006)

Tabela 5 – Projeções

Saldo em Conta Corrente - % PIB												
	FMI (1)		OCDE (2)		BBVA		Citigroup		Economist (3)		Santander	
	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.	2006 P.	2007 P.
Países Desenvolvidos	-1,7	-1,7	-	-	-	-	-2,4	-2,5	-	-	-	-
União Europeia	-0,7	-0,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Japão	3,2	2,9	4,4	5,5	-	-	3,7	3,8	3,7	3,5	-	-
Estados Unidos	-6,5	-6,5	-7,2	-7,6	-6,8	-6,8	-7,3	-7,5	-6,8	-6,7	-	-
Canadá	3,1	2,9	3,3	3,3	-	-	2,0	1,2	2,3	1,7	-	-
Reino Unido	-2,7	-2,8	-2,5	-2,9	-	-	-2,5	-2,8	-2,6	-2,6	-	-
Zona do Euro	-0,2	0,0	-0,4	-0,3	-0,2	-0,2	-0,5	-0,4	-0,3	-0,1	-	-
Alemanha	3,6	4,3	4,0	4,6	-	-	2,9	3,6	3,8	4,0	-	-
França	-1,9	-2,1	-1,4	-1,1	-	-	-2,5	-2,8	-1,8	-1,6	-	-
Itália	-1,1	-0,7	-2,1	-2,2	-	-	-2,0	-1,9	-1,6	-1,5	-	-
Países em Desenvolvimento	4,1	3,6	-	-	-	-	2,2	1,7	-	-	-	-
Africa	2,6	2,7	-	-	-	-	1,2	4,0	-	-	-	-
América Latina e Caribe	-	-	-	-	0,8	-	1,0	0,3	-	-	1,3	0,3
Argentina	1,2	0,5	-	-	-	-	2,3	1,3	1,4	1,0	1,9	0,8
Bolívia	1,7	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	1,0	0,2	1,0	0,6	1,0	1,0	1,2	0,6	0,6	0,1	1,0	0,1
Chile	0,5	-1,2	-	-	0,4	-	2,6	0,0	-0,2	-0,8	1,4	-2,2
Colômbia	-1,6	-2,7	-	-	-0,4	-	-1,9	-2,2	-1,5	-1,9	-2,4	-1,7
Equador	0,2	0,4	-	-	-	-	0,5	-0,1	-	-	-0,3	-
México	-0,6	-0,8	-0,7	-1,1	-0,9	-1,3	-0,9	-1,5	-1,1	-1,5	-0,7	-1,5
Paraguai	-1,7	-1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	1,4	0,3	-	-	0,4	-0,8	0,6	-0,9	0,5	-0,1	-0,6	-
Uruguai	-5,8	-2,5	-	-	-	-	-1,5	-1,3	-	-	-	-
Venezuela	14,1	13,4	-	-	10,7	-	12,5	10,7	12,9	9,8	17,1	15,7
República Dominicana	-2,4	-3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia e Pacífico	3,6	3,5	-	-	-	-	3,3	2,8	-	-	-	-
China	6,9	6,7	5,9	5,8	-	-	4,8	4,0	5,2	4,3	-	-
Coreia do Sul	1,8	1,7	0,7	0,2	-	-	0,7	0,0	1,1	0,7	-	-
Indonésia	0,4	0,0	-	-	-	-	0,2	-0,4	1,2	0,9	-	-
Tailândia	-2,0	-2,1	-	-	-	-	-2,7	-2,6	-1,0	-1,2	-	-
Índia	-3,1	-3,1	-2,9	-2,9	-	-	-2,4	-1,9	-2,7	-2,6	-	-
Europa Central e Leste Europeu	-5,5	-5,4	-	-	-	-	1,1	-0,1	-	-	-	-
Rússia	11,8	9,5	11,5	7,9	-	-	9,0	5,9	9,9	6,2	-	-
Mundo	-	-	-	-	-	-	-1,2	-1,4	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios das instituições.

(1) World Economic Outlook 2004 (Setembro/2005) e Relatórios de países

(2) OECD Economic Outlook No. 79 (Maio/2006)

(3) Média das previsões coletadas pelo The Economist junto a ABN Amro, Deutsche Bank, Economist Intelligence Unit, Goldman Sachs, HSBC Securities, KBC Bank, JP Morgan Chase, Morgan Stanley, Decision Economics, BNP Paribas, Royal Bank of Canada, Citigroup, Scotiabank e UBS.

INDICADORES MACROECONÔMICOS E PROJEÇÕES PARA O BRASIL

Tabela 6 - Projeções e Indicadores macroeconômicos

	Principais Indicadores Macroeconômicos do Brasil e Projeções											
	Sinopse											Banco Central ⁽²⁾
	Internacional ⁽¹⁾											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 P	2007 P	2006 P	2007 P	
PIB (Variação %)	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	2,4	3,5	3,6	3,6	3,7	
Índice de Preços ao Consumidor (%)	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	4,9	4,4	4,3	4,5	
Taxa de Juros Nominal (Selic fim de período)	25,6	17,4	17,3	19,2	23,4	16,3	18,0	-	-	14,2	13,1	
Déficit Público (% do PIB)	5,8	3,6	3,6	4,6	5,1	2,7	3,3	3,0	2,5	4,3	4,3	
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	49,7	48,8	52,6	55,5	57,2	51,7	51,5	-	-	50,5	49,1	
Exportação (US\$ Bilhões)	48,0	55,1	58,2	60,4	73,1	96,5	118,3	-	-	129,3	135,3	
Importação (US\$ Bilhões)	49,2	55,8	55,6	47,2	48,3	62,8	73,6	-	-	88,5	100,0	
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	-1,2	-0,7	2,7	13,1	24,8	33,7	44,7	38,5	36,3	40,8	35,4	
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-4,7	-4,0	-4,6	-1,7	0,8	1,9	1,8	0,9	0,3	9,4	4,3	
Investimento Externo Direto (US\$ Bilhões)	26,9	30,5	24,7	14,1	9,9	8,7	15,2	-	-	15,7	16,5	

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

(2) Média das expectativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 19/05/2006.

INDICADORES MACROECONÔMICOS DE PAÍSES SELECIONADOS

Tabela 7 - Indicadores macroeconômicos

Saldo em Conta Corrente - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Desenvolvidos	-116,50	-268,40	-219,80	-237,40	-217,20	-283,90	-510,70
União Européia	-21,60	-87,00	-32,50	11,30	12,40	26,90	-54,00
Japão	114,53	119,61	87,79	112,61	136,24	172,07	163,89
Estados Unidos	-300,06	-416,01	-389,46	-475,20	-519,68	-668,08	-804,95
Canadá	1,73	19,72	16,21	13,46	13,17	22,16	24,97
Reino Unido	-39,26	-37,02	-31,95	-24,75	-26,07	-43,17	-58,05
Zona do Euro	25,60	-41,90	0,20	37,50	31,20	75,20	2,50
Alemanha	-26,78	-32,51	0,39	40,80	45,50	101,71	114,83
França	42,04	17,98	21,53	14,50	7,94	-8,40	-27,63
Itália	8,11	-5,78	-0,65	-9,37	-19,41	-15,14	-26,65
Países em Desenvolvimento	-13,00	91,10	44,20	84,50	148,50	219,80	423,30
África	-15,00	7,20	0,50	-7,50	-2,50	0,90	15,20
América Latina e Caribe	-54,70	-46,30	-51,50	-13,51	7,89	17,97	-
Argentina	-11,94	-8,98	-3,29	8,67	7,98	3,32	3,32
Bolívia	-0,49	-0,45	-0,28	-0,32	0,05	0,28	0,25
Brasil	-25,34	-24,23	-23,22	-7,64	4,18	11,71	14,20
Chile	0,10	-0,90	-1,10	-0,58	-1,10	1,39	-0,45
Colômbia	0,67	0,76	-1,09	-1,34	-0,99	-0,95	-2,12
Equador	0,77	0,84	-0,69	-1,20	-0,47	-0,35	-0,31
México	-13,92	-18,63	-17,65	-13,52	-8,62	-7,18	-5,71
Paraguai	-0,17	-0,16	-0,27	0,09	0,13	0,01	-0,20
Peru	-1,76	-1,50	-1,27	-1,12	-0,99	-0,01	1,03
Uruguai	-0,50	-0,57	-0,53	0,38	-0,06	-0,09	-0,38
Venezuela	2,11	11,85	1,98	7,60	11,45	13,77	25,40
Republica Dominicana	-0,43	-1,01	-0,75	-0,80	0,99	1,06	-0,30
Ásia e Pacífico	48,40	46,10	40,60	72,20	86,30	94,70	155,40
China	15,67	20,52	17,41	35,42	45,88	68,66	158,62
Índia	-3,23	-4,60	1,41	7,06	8,77	1,43	-19,04
Europa Central e Leste Europeu	-26,40	-32,40	-16,20	-24,00	-37,10	-59,20	-63,10
Rússia	24,62	46,84	33,94	29,12	35,41	58,56	86,56
Total	-129,50	-177,30	-175,60	-152,90	-68,60	-64,10	-87,50

Fonte: FMI

Tabela 8 - Indicadores macroeconômicos

Crescimento do Produto Interno Bruto (%)									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 P	2007 P
Países Desenvolvidos	3,4	3,9	1,2	1,6	2,0	3,3	2,7	2,7	2,7
União Européia	3,0	3,9	2,0	1,3	1,3	2,5	1,8	2,4	2,3
Japão	-0,2	2,9	0,4	0,1	1,8	2,3	2,7	2,5	2,2
Estados Unidos	4,4	3,7	0,8	1,6	2,7	4,2	3,5	3,4	3,2
Canadá	5,5	5,2	1,8	3,1	2,0	2,9	2,9	3,0	2,9
Reino Unido	3,0	4,0	2,2	2,0	2,5	3,1	1,8	2,3	2,5
Zona do Euro	2,9	3,8	1,9	0,9	0,7	2,1	1,3	2,0	2,0
Alemanha	1,9	3,1	1,2	0,1	-0,2	1,6	0,9	1,5	1,4
França	3,2	4,1	2,1	1,3	0,9	2,1	1,4	2,0	2,1
Itália	1,7	3,0	1,8	0,3	0,1	0,9	0,1	1,2	1,3
Países em Desenvolvimento	4,1	6,1	4,4	5,1	6,7	7,6	7,2	6,1	6,3
África	2,6	3,1	4,2	3,6	4,6	5,5	5,2	5,3	5,1
América Latina e Caribe	0,5	3,7	0,4	-0,6	1,7	5,9	4,5	4,2	3,7
Argentina	-3,4	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	7,0	4,6
Bolívia	0,4	2,5	1,7	2,4	2,8	3,6	3,9	3,7	3,5
Brasil	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	2,3	3,5	3,6
Chile	-0,8	4,5	3,4	2,2	3,7	6,1	6,3	5,7	5,3
Colômbia	-4,2	2,9	1,5	1,9	3,9	4,8	5,1	4,5	4,1
Equador	-6,3	2,8	5,1	3,3	2,7	6,9	3,3	3,2	2,8
México	3,8	6,6	0,0	0,8	1,4	4,2	3,0	3,7	3,4
Paraguai	-1,5	-3,3	2,1	0,0	3,8	4,1	3,0	3,3	3,5
Peru	0,9	2,9	0,2	4,9	4,0	4,8	6,7	4,8	4,4
Uruguai	-2,8	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	12,3	6,0	4,2	3,7
Venezuela	-6,0	3,7	3,4	-8,9	-7,7	17,9	9,3	6,0	4,2
Republica Dominicana	8,1	8,1	3,6	4,4	-1,9	2,0	9,0	5,7	5,0
Ásia e Pacífico	6,3	7,0	6,1	7,0	8,4	8,8	8,6	7,8	7,7
China	7,1	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	9,9	9,1	9,0
Coréia do Sul	9,5	8,5	3,8	7,0	3,1	4,6	4,0	5,2	4,7
Indonésia	0,8	5,4	3,8	4,4	4,7	5,1	5,6	5,2	5,9
Tailândia	4,4	4,8	2,2	5,3	7,0	6,2	4,4	4,9	5,0
Índia	7,0	5,3	4,1	4,2	7,2	8,1	8,3	7,3	7,5
Europa Central e Leste Europeu	0,6	5,0	0,3	4,4	4,7	6,5	5,3	5,3	5,1
Rússia	6,3	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	6,4	6,1	6,1

Fonte: FMI, CEPAL

Nota: As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 9 - Indicadores macroeconômicos

Variação Acumulada no ano dos índices de preço ao consumidor									
Inflação - %									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006P	2007P
Países Desenvolvidos	1,4	2,2	2,1	1,5	1,8	2	2,3	2,2	2,0
União Européia	1,7	2,5	2,5	2,2	2	2,2	2,2	2,4	2,2
Japão	-0,3	-0,9	-0,7	-0,9	-0,3	0	-0,3	0,3	0,6
Estados Unidos	2,2	3,4	2,8	1,6	2,3	2,7	3,4	2,9	2,3
Canadá	1,7	2,7	2,5	2,3	2,7	1,8	2,2	2,2	2,1
Reino Unido	1,4	0,8	1,2	1,3	1,4	1,3	2,1	2,3	1,8
Zona do Euro	1,1	2,1	2,3	2,2	2,1	2,1	2,2	2,0	1,9
Alemanha	0,7	1,4	1,8	1,4	1	1,8	1,9	1,7	2,2
França	0,6	1,8	1,8	1,9	2,2	2,3	1,9	1,8	1,5
Itália	1,7	2,6	2,3	2,6	2,8	2,3	2,3	2,2	1,9
Países em Desenvolvimento	10,1	7,1	6,6	5,8	5,8	5,7	5,4	5,1	4,7
Africa	11,9	13,6	12,7	9,9	10,8	8,1	8,5	7,9	5,7
América Latina e Caribe	9,5	8,6	5,9	12,2	8,5	7,4	6,1	5,6	5,4
Argentina	-1,2	-0,9	-1,1	25,9	13,4	4,4	9,6	11,1	11,9
Bolívia	2,2	4,6	1,6	0,9	3,3	4,4	5,4	3,4	3,1
Brasil ⁽¹⁾	4,9	7,1	6,8	8,4	14,8	6,6	6,9	4,3	4,5
Chile	3,3	3,8	3,6	2,5	2,8	1,1	3,1	3,5	3,3
Colômbia	10,9	9,2	8	6,3	7,1	5,9	5	4,5	4,2
Equador	52,2	96,1	37,7	12,6	7,9	2,7	2,4	3,1	3,1
México	16,6	9,5	6,4	5	4,5	4,7	4	3,7	3,4
Paraguai	6,8	9	7,3	10,5	14,2	4,3	6,8	7,4	4,4
Peru	3,5	3,8	2	0,2	2,3	3,7	1,6	2,4	2,5
Uruguai	5,7	4,8	4,4	25,9	10,2	7,6	5,9	5,7	5,4
Venezuela	23,6	16,2	12,5	22,4	31,1	21,7	15,9	13,6	14,1
Republica Dominicana	6,5	7,7	8,9	5,2	27,4	51,5	4,2	8,5	5,0
Ásia e Pacífico	2,4	1,8	2,6	2	2,5	4,2	3,6	4,1	3,5
China	-1,4	0,4	0,7	-0,8	1,2	3,9	1,8	3,0	2,6
Índia	4,7	4	3,8	4,3	3,8	3,8	4,2	4,6	5,0
Europa Central e Leste Europeu	23	22,8	19,4	14,7	9,2	6,1	4,8	5,7	5,0
Rússia	85,7	20,8	21,5	15,8	13,7	10,9	12,6	10,9	9,5

Fonte: FMI e Banco Central do Brasil

(1) IPCA da expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil em 19/05/2006.

Nota: As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 10 - Indicadores macroeconômicos

Saldo das Contas Públicas - % do PIB									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006P	2007P
Países Desenvolvidos	-1,1	-0,2	-1,6	-3,5	-4,1	-3,6	-3,1	-2,7	-2,6
União Européia	-1,2	0,1	-1,5	-2,5	-3,1	-2,9	-2,6	-2,6	-2,3
Japão	-7,5	-7,7	-6,4	-8,2	-8,1	-6,6	-5,8	-5,3	-5,0
Estados Unidos	0,6	1,3	-0,7	-4,0	-5,0	-4,7	-4,1	-3,4	-3,1
Canadá	1,6	2,9	0,7	-0,1	0,0	0,7	1,7	0,8	0,6
Reino Unido	1,1	1,5	0,9	-1,5	-3,2	-3,2	-3,6	-3,0	-3,0
Zona do Euro	-1,3	-1,0	-1,9	-2,6	-3,0	-2,7	-2,3	-2,7	-2,4
Alemanha	-1,5	1,3	-2,8	-3,7	-4,0	-3,7	-3,3	-3,4	-2,5
França	-2,5	-1,5	-1,5	-3,1	-4,2	-3,7	-2,9	-3,2	-3,1
Itália	-1,7	-0,8	-3,1	-2,7	-3,4	-3,4	-4,1	-4,3	-4,4
Países em Desenvolvimento	-3,8	-2,9	-3,2	-3,4	-2,8	-2,2	-0,7	-0,7	-0,9
África	-3,4	-1,3	-1,9	-2,5	-1,5	-0,8	-0,5	1,1	0,4
América Latina e Caribe	-2,9	-2,7	-3,2	-2,6	-2,5	-	-0,8	-1,1	-0,8
Argentina	-1,7	-2,4	-3,2	-1,5	0,5	0,9	1,9	1,9	1,9
Bolívia	-3,9	-3,7	-6,9	-9,0	-7,9	-6,0	-	-	-
Brasil	-10,5	-4,5	-5,2	-4,6	-5,2	-1,9	-3,5	-3,0	-2,5
Chile	-1,4	0,1	-0,3	-0,8	-0,8	2,5	4,1	4,5	2,8
Colômbia	-5,5	-5,9	-5,9	-3,6	-2,8	-2,5	-1,2	-1,5	-2,1
Equador	-3,9	1,5	0,4	0,6	1,2	-	1,0	0,5	-1,0
México	-1,5	-1,3	-0,7	-1,2	-0,6	-1,3	-0,2	0,0	0,0
Paraguai	-3,3	-4,4	-0,4	-2,1	-2,3	0,3	-	-	-
Peru	-3,1	-3,2	-3,2	-2,5	-1,8	-1,4	-0,7	-1,0	-1,2
Uruguai	-4,0	-4,1	-4,3	-4,0	-3,2	-2,5	-2,0	-1,0	-0,5
Venezuela	-1,6	-1,8	-4,4	-6,3	-7,4	-1,9	2,7	-1,6	0,0
Republica Dominicana	-4,0	-4,1	-4,3	-4,0	-3,2	-	-	-	-
Ásia e Pacífico	-4,3	-4,4	-4,2	-4,1	-3,6	-3,2	-1,3	-1,2	-1,6
China	-4,0	-3,6	-3,1	-3,3	-2,8	-2,2	-0,7	-0,6	-2,5
Índia	-5,5	-5,7	-6,2	-6,1	-5,3	-5,5	-4,3	-3,8	-3,5
Europa Central e Leste Europeu	-5,0	-4,6	-6,8	-6,5	-4,8	-5,2	1,0	0,7	0,4
Rússia	-4,2	0,8	2,7	1,3	1,5	3,7	5,3	4,0	4,6

Fonte: FMI

Nota: As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 11- Indicadores macroeconômicos

Dívida Bruta do Setor Público - % do PIB							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 E
Países Desenvolvidos							
Japão	131,1	139,3	148,8	158,4	164,7	169,2	174,4
Estados Unidos	62,8	57,1	56,6	58,7	60,6	60,7	60,9
Canadá	111,6	101,5	100,3	97,4	91,9	87,9	83,0
Reino Unido	44,6	41,6	38,4	37,9	39,3	41,1	42,5
Zona do Euro							
Alemanha	59,6	58,7	57,9	59,6	62,8	64,5	67,7
França	58,3	56,6	56,1	58,1	62,7	64,8	66,4
Itália	115,5	111,3	110,9	108,3	106,8	106,6	109,3
Países em Desenvolvimento							
América Latina e Caribe							
Argentina	43,5	45,6	53,7	149,9	144,8	132,5	72,7
Bolívia	71,3	71,9	79,4	82,0	93,3	85,0	75,2
Brasil ⁽¹⁾	49,2	49,4	52,6	55,9	58,7	54,1	51,9
Chile	18,4	17,6	19,7	21,4	19,7	17,0	15,4
Colômbia	36,3	42,3	48,6	49,9	67,5	62,5	58,1
Equador	92,0	79,7	63,4	55,6	51,8	47,1	44,4
México	21,1	17,8	18,5	20,1	27,6	26,1	25,4
Paraguai	27,2	28,9	32,1	40,8	46,3	40,1	33,6
Peru	47,1	45,3	45,1	47,3	48,4	-	-
Uruguai	30,1	34,7	42,1	82,8	100,4	78,9	66,8
Venezuela	26,3	25,5	28,3	34,0	45,8	39,0	35,8
Republica Dominicana	20,9	18,7	19,3	21,0	44,2	25,3	24,8

Fonte: FMI, CEPAL

(1) Dívida líquida do setor público

Tabela 12 - Indicadores macroeconômicos

Dívida Externa - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 E
América Latina e Caribe	762,7	738,4	744,1	733,1	758,1	760,4	679,2
Argentina	152,6	155,0	166,3	156,7	164,9	171,1	118,7
Bolívia	4,6	4,5	4,4	4,3	5,0	5,0	4,8
Brasil	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	191,3
Chile	34,8	37,2	38,5	40,7	43,4	43,3	44,3
Colômbia	36,7	36,1	39,1	37,3	38,1	39,5	37,0
Equador	16,3	13,6	14,4	16,3	16,6	17,0	17,6
México	166,4	148,7	144,5	134,7	132,0	130,5	131,7
Paraguai	2,7	2,8	2,7	2,9	3,1	3,0	2,9
Peru	28,6	28,0	27,2	27,9	29,6	31,1	30,1
Uruguai	8,3	8,9	8,9	10,5	11,0	11,6	11,2
Venezuela	37,0	36,4	35,4	35,5	39,7	44,5	45,1
Republica Dominicana	3,7	3,7	4,2	4,5	6,0	6,4	6,4

Fonte: CEPAL

Tabela 13 - Indicadores macroeconômicos

Exportação - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Desenvolvidos	5.491,1	5.927,3	5.692,4	5.904,4	6.773,3	7.985,2	-
União Européia	2.237,0	2.316,0	2.315,0	2.449,0	2.901,0	-	-
Japão	417,6	479,2	403,5	416,7	471,8	565,7	595,8
Estados Unidos	695,8	781,9	729,1	693,1	724,8	818,8	904,3
Canadá	238,4	276,6	259,9	252,4	272,7	316,5	359,6
Reino Unido	272,2	285,4	272,7	280,2	305,6	347,5	377,9
Zona do Euro	2.232,3	2.268,1	2.305,6	2.457,2	2.948,7	3.491,5	-
Alemanha	543,5	551,8	571,6	615,8	751,6	909,9	970,7
França	325,5	327,6	323,4	331,7	392,0	452,1	459,2
Itália	235,6	240,5	244,5	254,4	299,3	353,8	366,8
Países em Desenvolvimento	-	-	-	1.618,8	2.178,0	-	-
África	116,6	146,7	137,7	140,1	173,0	-	-
América Latina e Caribe	299,4	359,1	343,3	346,8	377,3	463,6	-
Argentina	23,3	26,3	26,5	25,7	29,6	34,6	40,0
Bolívia	1,1	1,2	1,3	1,3	1,6	2,1	2,7
Brasil	48,0	55,1	58,2	60,4	73,1	96,5	118,3
Chile	17,2	19,2	18,3	18,2	21,5	32,0	39,5
Colômbia	11,6	13,0	12,3	11,9	13,1	16,2	21,2
Equador	4,5	4,9	4,7	5,0	6,2	7,8	9,8
México	136,4	166,4	158,5	160,7	165,4	188,0	213,7
Paraguai	0,7	0,9	1,0	1,0	1,2	1,6	1,5
Peru	6,1	7,0	7,0	7,7	9,1	12,6	17,2
Uruguai	2,2	2,3	2,1	1,9	2,2	3,0	3,4
Venezuela	21,0	33,5	26,7	26,8	27,2	38,7	56,2
Republica Dominicana	5,1	5,7	5,3	5,2	5,5	5,8	5,9
Ásia e Pacífico	1.546,0	1.831,8	1.671,8	1.803,1	1.901,0	-	-
China	194,9	249,2	266,1	325,6	438,2	593,3	762,0
Índia	35,7	42,4	43,4	49,3	57,1	75,6	89,8
Europa Central e Leste Europeu	101,6	116,0	129,4	148,1	192,0	-	-
Rússia	75,7	105,6	101,9	107,3	135,9	183,2	245,3
Total	7.038,4	7.826,9	7.565,3	7.938,3	9.234,8	11.149,7	-

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Tabela 14 - Indicadores macroeconômicos

Importação - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Desenvolvidos	5492,8	6085,5	5825,6	6013,1	6897,3	8186,2	-
União Européia	2263,0	2405,0	2358,0	2447,0	2920,0	-	-
Japão	310,0	379,5	349,1	337,2	382,9	454,5	516,1
Estados Unidos	1059,4	1259,3	1179,2	1200,2	1303,1	1525,5	1732,7
Canadá	220,2	244,8	227,3	227,5	245,0	279,8	320,1
Reino Unido	324,9	343,8	333,0	346,3	392,0	470,6	501,2
Zona do Euro	2131,6	2230,7	2215,0	2301,6	2782,3	3304,3	
Alemanha	474,0	497,2	486,1	490,3	604,6	715,7	774,1
França	315,7	338,9	328,6	329,3	398,8	470,9	495,8
Itália	220,6	238,8	236,2	247,0	297,5	355,3	379,7
Países em Desenvolvimento	-	-	-	1441,5	1963,0	-	-
África	127,7	129,6	132,1	135,1	166,0	-	-
América Latina e Caribe	306,2	355,6	347,2	322,8	333,2	405,4	-
Argentina	25,5	25,2	20,3	9,0	13,8	22,4	28,7
Bolívia	1,8	1,8	1,7	1,8	1,6	1,8	2,2
Brasil	49,3	55,1	55,6	47,2	48,3	62,8	73,5
Chile	16,0	18,5	17,4	17,1	19,4	24,9	32,5
Colômbia	10,7	11,5	12,8	12,7	13,9	16,7	21,2
Equador	3,0	3,7	5,4	6,4	6,6	7,9	9,6
México	146,1	182,7	176,2	176,6	178,5	206,1	231,7
Paraguai	1,9	2,2	2,2	1,7	2,1	3,1	2,9
Peru	7,4	7,4	7,3	7,5	8,4	10,1	12,5
Uruguai	3,4	3,5	3,1	2,0	2,2	3,1	3,4
Venezuela	14,1	16,2	18,3	13,0	9,3	16,8	24,9
Republica Dominicana	8,0	9,5	8,8	8,8	7,6	7,8	9,2
Ásia e Pacífico	1354,4	1662,9	1544,8	1640,9	1739,0	-	-
China	165,7	225,1	243,6	295,2	412,8	561,2	660,1
Índia	47,0	51,5	50,4	56,5	71,2	97,3	131,6
Europa Central e Leste Europeu	130,2	146,7	159,4	177,2	226,0	-	-
Rússia	39,5	44,7	53,8	61,0	76,1	97,4	125,1
Total	6990,3	7830,4	7596,8	7911,5	9177,0	11087,5	-

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Tabela 15 - Indicadores macroeconômicos

Saldo da Balança Comercial - US\$ Bilhões									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 P	2007 P
Países Desenvolvidos	-1,7	-158,2	-133,2	-108,7	-124,0	-201,0	-	-	-
União Européia	-26,0	-89,0	-43,0	2,0	-19,0	-	-	-	-
Japão	107,6	99,7	54,4	79,5	88,9	111,1	79,7	62,3	85,6
Estados Unidos	-363,6	-477,4	-450,1	-507,1	-578,3	-706,7	-828,4	-793,0	-845,4
Canadá	18,3	31,8	32,6	24,9	27,7	36,8	39,5	50,3	57,2
Reino Unido	-52,7	-58,4	-60,3	-66,1	-86,3	-123,1	-123,4	-99,8	-114,3
Zona do Euro	100,7	37,4	90,6	155,6	166,4	187,2	-	119,5	135,8
Alemanha	69,5	54,6	85,5	125,5	146,9	194,1	196,6	148,8	168,0
França	9,8	-11,3	-5,2	2,5	-6,8	-18,8	-36,6	-18,4	-13,3
Itália	14,9	1,8	8,3	7,4	1,8	-1,5	-12,9	-10,9	-17,3
Países em Desenvolvimento	-	-	-	177,3	215,0	-	-	-	-
África	-11,1	17,1	5,6	5,0	7,0	-	-	-	-
América Latina e Caribe	-6,8	3,5	-3,9	24,0	44,1	58,2	-	90,5	74,3
Argentina	-2,2	1,2	6,2	16,7	15,7	12,1	11,4	8,9	8,0
Bolívia	-0,7	-0,6	-0,4	-0,5	0,0	0,3	0,5	-	-
Brasil	-1,3	0,0	2,6	13,2	24,8	33,7	44,8	38,5	36,3
Chile	1,2	0,7	0,8	1,1	2,1	7,2	7,0	14,4	13,2
Colômbia	0,9	1,5	-0,5	-0,8	-0,8	-0,5	0,0	0,6	1,1
Equador	1,4	1,2	-0,7	-1,4	-0,3	-0,1	0,2	0,5	-
México	-9,7	-16,3	-17,6	-15,9	-13,1	-18,1	-18,0	-11,2	-16,2
Paraguai	-1,2	-1,3	-1,2	-0,7	-0,8	-1,5	-1,4	-	-
Peru	-1,3	-0,4	-0,3	0,2	0,7	2,5	4,7	3,4	3,5
Uruguai	-1,1	-1,2	-1,0	-0,1	0,0	-0,2	0,0	-	-
Venezuela	6,9	17,3	8,3	13,8	17,9	21,9	31,3	28,3	30,0
Republica Dominicana	-2,9	-3,7	-3,5	-3,7	-2,2	-2,1	-3,4	-	-
Ásia e Pacífico	191,6	168,9	127,0	162,2	162,0	-	-	-	-
China	29,2	24,1	22,5	30,4	25,5	32,1	101,9	109,3	107,0
Índia	-11,3	-9,1	-7,0	-7,3	-14,2	-21,8	-41,8	-57,9	-61,3
Europa Central e Leste Europeu	-28,6	-30,7	-30,0	-29,1	-34,0	-	-	-	-
Rússia	36,1	60,9	48,1	46,3	59,9	85,8	120,1	-	-
Total	48,1	-3,5	-31,5	26,8	57,8	62,2	-	-	-

Fonte: World Trade Organization, CEPAL, Comtrade, CIA

Nota: As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 16 - Indicadores macroeconômicos

Saldo em Conta Corrente - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Desenvolvidos	-116,50	-268,40	-219,80	-237,40	-217,20	-283,90	-510,70
União Européia	-21,60	-87,00	-32,50	11,30	12,40	26,90	-54,00
Japão	114,53	119,61	87,79	112,61	136,24	172,07	163,89
Estados Unidos	-300,06	-416,01	-389,46	-475,20	-519,68	-668,08	-804,95
Canadá	1,73	19,72	16,21	13,46	13,17	22,16	24,97
Reino Unido	-39,26	-37,02	-31,95	-24,75	-26,07	-43,17	-58,05
Zona do Euro	25,60	-41,90	0,20	37,50	31,20	75,20	2,50
Alemanha	-26,78	-32,51	0,39	40,80	45,50	101,71	114,83
França	42,04	17,98	21,53	14,50	7,94	-8,40	-27,63
Itália	8,11	-5,78	-0,65	-9,37	-19,41	-15,14	-26,65
Países em Desenvolvimento	-13,00	91,10	44,20	84,50	148,50	219,80	423,30
Africa	-15,00	7,20	0,50	-7,50	-2,50	0,90	15,20
América Latina e Caribe	-54,70	-46,30	-51,50	-13,51	7,89	17,97	-
Argentina	-11,94	-8,98	-3,29	8,67	7,98	3,32	3,32
Bolívia	-0,49	-0,45	-0,28	-0,32	0,05	0,28	0,25
Brasil	-25,34	-24,23	-23,22	-7,64	4,18	11,71	14,20
Chile	0,10	-0,90	-1,10	-0,58	-1,10	1,39	-0,45
Colômbia	0,67	0,76	-1,09	-1,34	-0,99	-0,95	-2,12
Equador	0,77	0,84	-0,69	-1,20	-0,47	-0,35	-0,31
México	-13,92	-18,63	-17,65	-13,52	-8,62	-7,18	-5,71
Paraguai	-0,17	-0,16	-0,27	0,09	0,13	0,01	-0,20
Peru	-1,76	-1,50	-1,27	-1,12	-0,99	-0,01	1,03
Uruguai	-0,50	-0,57	-0,53	0,38	-0,06	-0,09	-0,38
Venezuela	2,11	11,85	1,98	7,60	11,45	13,77	25,40
Republica Dominicana	-0,43	-1,01	-0,75	-0,80	0,99	1,06	-0,30
Ásia e Pacífico	48,40	46,10	40,60	72,20	86,30	94,70	155,40
China	15,67	20,52	17,41	35,42	45,88	68,66	158,62
Índia	-3,23	-4,60	1,41	7,06	8,77	1,43	-19,04
Europa Central e Leste Europeu	-26,40	-32,40	-16,20	-24,00	-37,10	-59,20	-63,10
Rússia	24,62	46,84	33,94	29,12	35,41	58,56	86,56
Total	-129,50	-177,30	-175,60	-152,90	-68,60	-64,10	-87,50

Fonte: FMI

Tabela 17 - Indicadores macroeconômicos

Saldo em Conta Corrente - % do PIB									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006P	2007P
Países Desenvolvidos	-0,5	-1,1	-0,9	-0,9	-0,7	-0,9	-1,5	-2,1	-2,1
União Européia	-0,2	-1	-0,4	0,1	0,1	0,2	-0,4	-0,7	-0,5
Japão	2,6	2,6	2,1	2,9	3,2	3,8	3,6	3,6	3,7
Estados Unidos	-3,2	-4,2	-3,8	-4,5	-4,7	-5,7	-6,4	-6,8	-6,9
Canadá	0,3	2,7	2,3	1,8	1,5	2,2	2,2	2,5	2,2
Reino Unido	-2,7	-2,6	-2,2	-1,6	-1,4	-2	-2,6	-2,5	-2,7
Zona do Euro	0,4	-0,7	0	0,5	0,4	0,8	0	-0,3	-0,2
Alemanha	-1,2	-1,7	0	2	1,9	3,7	4,1	3,7	4,3
França	2,9	1,3	1,6	1	0,4	-0,4	-1,3	-1,9	-1,9
Itália	0,7	-0,5	-0,1	-0,8	-1,3	-0,9	-1,5	-1,7	-1,6
Países em Desenvolvimento	-0,2	1,4	0,7	1,3	2	2,5	4,1	3,2	2,7
África	-3,5	1,6	0,1	-1,6	-0,4	0,1	1,9	1,9	3,4
América Latina e Caribe	-3,2	-2,4	-2,8	-0,9	1,2	0,5	1,5	1,0	0,3
Argentina	-4,2	-3,2	-1,2	8,9	6,3	2,2	1,8	1,7	0,9
Bolívia	-5,9	-5,3	-3,4	-4,1	0,6	3,2	2,6	1,7	1,0
Brasil	-4,7	-4	-4,5	-1,7	0,8	1,9	1,8	0,9	0,3
Chile	0,1	-1,2	-1,6	-0,9	-1,5	1,5	-0,4	0,9	-1,1
Colômbia	0,8	0,9	-1,3	-1,7	-1,2	-1	-1,7	-1,6	-2,1
Equador	4,6	5,3	-3,3	-4,9	-1,7	-1,1	-0,9	0,1	0,2
México	-2,9	-3,2	-2,8	-2,1	-1,3	-1,1	-0,7	-0,9	-1,3
Paraguai	-2,3	-2,3	-4,1	1,8	2,4	0,2	-2,7	-1,7	-1,8
Peru	-3,4	-2,8	-2,4	-2	-1,6	0	1,3	0,5	-0,4
Uruguai	-2,4	-2,8	-2,9	3,2	-0,5	-0,7	-2,4	-3,7	-1,9
Venezuela	2,2	10,1	1,6	8,2	13,7	12,5	19,1	13,5	12,4
Republica Dominicana	-2,4	-5,1	-3,4	-3,7	6	5,8	-1	-2,4	-3,0
Ásia e Pacífico	2,3	2	1,7	2,7	2,9	2,7	3,9	3,5	3,2
China	1,4	1,7	1,3	2,4	2,8	3,6	7,1	5,4	5,0
Índia	-0,7	-1	0,3	1,4	1,5	0,2	-2,5	-2,7	-2,5
Europa Central e Leste Europeu	-4,4	-5,3	-2,7	-3,5	-4,3	-5,7	-5,2	-2,2	-2,8
Rússia	12,6	18	11,1	8,4	8,2	9,9	11,3	9,8	7,2

Fonte: FMI

Nota: As projeções para 2006 e 2007 são médias das tabelas de previsões das instituições.

Tabela 18 - Indicadores macroeconômicos

Ingressos de Investimento Externo Direto - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005E
Países Desenvolvidos	849,1	1.134,3	596,3	547,8	441,7	414,7	573,2
União Européia	501,5	696,3	382,6	420,4	340,1	259,1	445,3
Japão	12,7	8,3	6,2	9,2	6,3	7,8	9,4
Estados Unidos	283,4	314,0	159,5	71,3	56,8	95,9	106,0
Canadá	24,7	66,8	27,7	21,5	6,3	6,3	-
Reino Unido	88,0	118,8	52,6	24,0	27,4	77,6	219,1
Zona do Euro	-	-	-	-	-	-	-
Alemanha	56,1	198,3	26,4	50,5	27,3	-38,6	-
França	46,5	43,3	50,5	49,0	42,5	24,3	-
Itália	6,9	13,4	14,9	14,5	16,4	16,8	-
Países em Desenvolvimento	232,5	253,2	217,8	155,5	172,1	243,1	273,5
África	11,9	9,6	20,0	13,0	17,2	18,7	28,9
América Latina e Caribe	108,6	97,5	89,1	50,5	48,0	68,9	72,0
Argentina	24,0	10,4	2,2	2,1	1,7	4,3	4,7
Bolívia	1,0	0,7	0,7	0,7	0,2	0,1	-0,3
Brasil	28,6	32,8	22,5	16,6	10,1	18,2	15,2
Chile	8,8	4,9	4,2	2,5	4,3	7,2	7,2
Colômbia	1,5	2,4	2,5	2,1	1,8	3,1	3,9
Equador	0,6	0,7	1,3	1,3	1,6	1,2	1,5
México	13,2	16,1	27,7	17,3	12,9	18,2	17,8
Paraguai	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7
Peru	1,9	0,8	1,1	2,2	1,3	1,8	2,5
Uruguai	0,2	0,3	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3
Venezuela	2,9	4,7	3,7	0,8	2,7	1,5	3,0
Republica Dominicana	1,3	1,0	1,1	0,9	0,6	0,8	0,9
Ásia e Pacífico	112,0	146,0	108,7	92,0	106,9	155,5	172,7
China	40,3	40,7	46,9	52,7	53,5	60,6	60,3
Índia	2,2	2,3	3,4	3,4	4,3	5,3	6,0
Europa Central e Leste Europeu	10,5	9,1	11,8	12,8	24,0	37,2	49,9
Rússia	3,3	2,7	2,7	3,5	8,0	12,5	26,1
Total	1.092,1	1.396,5	825,9	716,1	637,8	695,0	896,7

Fonte: UNCTAD e CEPAL

Tabela 19 - Indicadores macroeconômicos

Reservas - US\$ Bilhões							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Desenvolvidos	-	-	-	-	-	-	-
União Européia	-	-	-	-	-	-	-
Japão	286,9	354,9	395,2	461,2	663,3	829,4	846,9
Estados Unidos	60,5	56,6	57,6	68,0	74,9	87,0	64,5
Canadá	28,1	31,9	34,0	37,0	36,2	36,4	33,0
Reino Unido	35,9	43,9	37,3	39,4	41,9	43,1	79,2
Zona do Euro	256,8	242,3	234,5	246,5	234,8	-	-
Alemanha	61,0	56,9	51,3	51,2	50,7	53,5	101,7
França	39,7	37,0	31,7	28,4	30,2	39,4	74,4
Itália	22,4	25,6	24,4	24,5	34,5	31,9	66,0
Países em Desenvolvimento	725,9	815,4	910,5	1.088,1	1.412,6	1.711,2	-
África	42,4	54,5	64,8	72,6	87,0	113,8	-
América Latina e Caribe	158,7	160,3	161,6	147,0	179,0	187,6	211,1
Argentina	26,3	25,1	14,9	10,4	14,1	19,6	28,1
Bolívia	0,9	0,8	0,8	0,5	0,7	0,7	-
Brasil	23,9	31,5	35,8	37,7	49,3	52,9	53,8
Chile	14,4	15,0	14,2	15,4	15,9	16,0	17,0
Colômbia	8,0	8,9	10,2	10,8	10,9	13,5	15,0
Equador	1,6	0,9	0,8	0,7	0,8	1,1	-
México	31,8	35,5	44,7	48,0	57,4	61,5	68,7
Paraguai	1,0	0,8	0,7	0,6	0,9	0,9	-
Peru	8,7	8,4	8,6	9,6	10,2	12,6	13,7
Uruguai	2,1	2,5	2,9	0,8	1,9	2,3	3,1
Venezuela	12,3	13,1	18,5	14,8	21,3	24,2	30,0
Republica Dominicana	6,9	6,3	11,0	8,3	4,9	-	-
Ásia e Pacífico	307,7	321,8	380,4	496,9	670,1	850,4	-
China	158,3	168,9	212,2	286,4	403,3	609,9	-
Índia	33,2	38,4	46,4	68,2	99,5	117,1	-
Europa Central e Leste Europeu	94,9	97,3	98,9	132,0	160,9	170,3	-
Rússia	9,1	24,8	33,1	44,6	73,8	93,9	182,2

Fonte: Banco Central do Brasil, FMI, OECD, Brazil Trade Net, Economist, BBVA e Santander.

OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS

Tabela 20 - Indicadores econômicos

Preços Médios de <i>Commodities</i> : 2003 a 2006 ¹										
	Unidade	2003	2004	2005	05 T2	05 T3	05 T4	06 T1	mar/06	abr/06
Alimentos										
Cereais										
Trigo	\$/MT	146	157	152	142	151	164	174	174	180
Milho	\$/MT	105	112	98	96	100	100	105	105	108
Arroz	\$/MT	199	246	288	294	283	282	293	298	299
Cevada	\$/MT	105	99	95	92	98	100	102	100	102
Óleos vegetais e proteínas										
Soja	\$/MT	233	277	223	239	232	213	214	213	209
Farelo de soja	\$/MT	215	257	206	223	217	196	198	192	191
Óleo de soja	\$/MT	500	590	496	510	516	493	499	516	518
Óleo de palmeira	\$/MT	410	435	368	372	367	376	384	383	386
Óleo de coco	\$/MT	462	673	620	659	569	571	576	572	576
Farinha de peixe	\$/MT	650	693	744	696	741	832	909	907	918
Óleo de girassol	\$/MT	650	734	1.145	1.158	1.152	1.152	833	694	673
Óleo de oliva	\$/MT	3.797	4.631	5.519	5.493	5.500	5.559	5.772	5.745	5.583
Amendoim	\$/MT	856	910	769	762	704	700	717	720	720
Carne										
Bovina	cts/lb	90	114	119	120	121	116	113	112	113
Ovina	cts/lb	160	166	161	164	155	149	145	141	141
Suína	cts/lb	53	71	68	70	68	62	58	59	56
Aves	cts/lb	66	76	74	74	75	73	69	68	68
Frutos do mar										
Peixe	\$/kg	3.0	3.3	4.1	4.1	4.3	4.0	4.2	4.6	4.8
Camarão	\$/lb	11.5	10.4	9.9	9.8	9.3	9.5	9.8	10.3	10.2
Açúcar										
Mercado livre	cts/lb	6.9	7.5	10.1	8.7	10.1	12.4	17.1	17.1	17.5
Estados Unidos	cts/lb	21	21	21	21	21	22	24	23	24
EU	cts/lb	27	30	30	31	30	29	29	29	29
Banana	\$/MT	375	525	577	569	463	510	792	881	670
Laranja	\$/MT	683	855	842	1065	752	722	809	809	800
Bebidas										
Café										
Outros suaves	cts/lb	64	80	114	125	105	106	118	112	115
Robusta	cts/lb	38	37	53	58	55	55	65	63	64
Cacau	\$/MT	1.753	1.551	1.545	1.545	1.492	1.465	1.556	1.545	1.552
Metais										
Cobre	\$/MT	1.779	2.863	3.676	3.387	3.750	4.304	4.948	5.124	6.404
Alumínio	\$/MT	1.433	1.719	1.901	1.788	1.831	2.081	2.423	2.432	2.624
Minério de ferro	cts/DMTU	32	38	65	65	65	65	65	65	65
Estanho	\$/MT	4.890	8.481	7.385	7.946	7.060	6.451	7.602	7.949	8.860
Níquel	\$/MT	9.630	13.821	14.778	16.418	14.568	12.719	14.854	14.925	18.029
Zinco	\$/MT	828	1.048	1.381	1.272	1.298	1.638	2.246	2.428	3.068
Chumbo	\$/MT	514	882	974	983	893	1.046	1.240	1.194	1.171
Urânio	\$/lb	11.2	18.0	27.9	26.8	29.8	33.9	38.1	39.8	41.1
Energia										
Spot cru (APSP ²)										
U.K. brent	\$/bbl	28.9	37.8	53.4	50.8	60.0	56.5	61.0	60.9	68.0
Dubai	\$/bbl	28.9	38.3	54.4	51.6	61.6	56.9	61.9	62.3	70.4
Dubai	\$/bbl	26.7	33.5	49.2	47.7	55.3	52.7	57.8	57.6	64.1
West Texas Intermediate	\$/bbl	31.1	41.4	56.4	53.1	63.1	60.0	63.3	62.9	69.5
Gás natural										
Russo na Alemanha	\$/000M3	125.5	135.2	212.9	198.4	220.7	250.6	275.8	275.8	293.0
Indonésio no Japão (LNG)	\$/M3	104.8	123.9	148.0	145.9	154.2	162.8	162.1	166.0	166.0
EUA, doméstico	\$/000M3	197.8	212.7	319.0	250.0	355.0	443.8	277.1	247.7	258.1
Carvão										
Australiano	\$/MT	28.0	56.7	51.0	54.8	51.9	42.4	50.2	53.3	56.7
Sulafriano	\$/MT	30.0	54.7	46.1	46.8	49.1	40.6	49.5	54.5	54.9

¹ Número provisórios a partir de 2006 T1.² Average Petroleum Spot Price. Média ponderada igualmente dos preços de UK Brent, Dubai e West Texas Intermediate.

Fonte: FMI

Tabela 21 - Indicadores econômicos

Cotações de Moedas (em R\$)			
Mês	US\$	Euro	Libra
jan/04	2,85	3,60	5,20
fev/04	2,93	3,70	5,46
mar/04	2,91	3,57	5,32
abr/04	2,91	3,49	5,26
mai/04	3,10	3,71	5,52
jun/04	3,13	3,81	5,73
jul/04	3,04	3,74	5,60
ago/04	3,00	3,67	5,48
set/04	2,89	3,54	5,20
out/04	2,85	3,57	5,17
nov/04	2,79	3,63	5,20
dez/04	2,72	3,65	5,26
jan/05	2,69	3,55	5,07
fev/05	2,60	3,39	4,92
mar/05	2,70	3,57	5,16
abr/05	2,58	3,35	4,90
mai/05	2,45	3,14	4,59
jun/05	2,41	2,94	4,40
jul/05	2,37	2,86	4,16
ago/05	2,36	2,90	4,23
set/05	2,29	2,82	4,16
out/05	2,26	2,71	3,98
nov/05	2,21	2,61	3,84
dez/05	2,28	2,71	3,98
jan/06	2,27	2,76	4,02
fev/06	2,16	2,59	3,79
mar/06	2,15	2,59	3,75
abr/06	2,13	2,62	3,77

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES.

Tabela 22 - Indicadores econômicos

Cotações de Moedas (em u.m./US\$)					
Mês	Peso argentino	Peso chileno	Peso colombiano	Peso mexicano	Peso uruguaio
jan/04	2,87	572,38	2.749	10,93	29,39
fev/04	2,91	584,31	2.718	11,01	29,53
mar/04	2,88	603,91	2.671	11,00	29,65
abr/04	2,81	608,19	2.636	11,25	29,65
mai/04	2,90	635,76	2.719	11,51	29,75
jun/04	2,94	643,18	2.717	11,38	29,74
jul/04	2,96	632,39	2.654	11,47	29,43
ago/04	2,99	635,93	2.599	11,40	28,95
set/04	2,97	616,20	2.552	11,49	28,04
out/04	2,95	607,28	2.581	11,39	27,17
nov/04	2,93	596,72	2.530	11,39	26,64
dez/04	2,95	576,17	2.417	11,21	26,53
jan/05	2,92	576,17	2.363	11,26	25,53
fev/05	2,90	573,58	2.340	11,15	24,81
mar/05	2,91	586,38	2.354	11,13	25,47
abr/05	2,88	580,61	2.350	11,13	25,18
mai/05	2,87	578,03	2.339	10,99	24,45
jun/05	2,86	585,22	2.327	10,83	24,21
jul/05	2,85	575,77	2.324	10,69	24,58
ago/05	2,88	546,61	2.306	10,67	24,32
set/05	2,89	536,70	2.295	10,78	24,07
out/05	2,95	537,81	2.293	10,83	23,63
nov/05	2,95	529,88	2.280	10,69	23,49
dez/05	3,00	514,33	2.278	10,62	23,48
jan/06	3,03	524,48	2.275	10,57	24,08
fev/06	3,08	525,24	2.255	10,49	24,17
mar/06	3,09	529,38	2.265	10,76	24,26
abr/06	3,08	516,89	2.340	11,05	24,08

Fonte: BCRP e Mecon

Tabela 23 - Indicadores econômicos

Taxas de Juros (em % ao ano)						
Mês	TJLP	Selic (1)	TR (2)	Libor (3)		
				6 meses	12 meses	60 meses
jan/04	10,00	16,32	1,55	1,19	1,40	3,56
fev/04	10,00	16,30	0,64	1,12	1,41	3,46
mar/04	10,00	16,19	1,97	1,16	1,33	3,17
abr/04	9,75	15,96	1,11	1,26	1,56	3,66
mai/04	9,75	15,77	1,87	1,50	1,97	4,31
jun/04	9,75	15,80	2,13	1,78	2,32	4,40
jul/04	9,75	15,77	2,26	1,89	2,33	4,24
ago/04	9,75	15,86	2,32	1,94	2,30	4,11
set/04	9,75	16,09	2,09	2,08	2,35	3,87
out/04	9,75	16,41	1,41	2,21	2,46	3,82
nov/04	9,75	16,96	1,45	2,46	2,76	3,96
dez/04	9,75	17,50	2,66	2,70	3,00	4,05
jan/05	9,75	17,93	2,28	2,87	3,20	4,04
fev/05	9,75	18,47	1,36	3,02	3,35	4,15
mar/05	9,75	18,97	3,06	3,26	3,65	4,57
abr/05	9,75	19,32	2,55	3,38	3,75	4,56
mai/05	9,75	19,61	3,07	3,46	3,74	4,36
jun/05	9,75	19,75	3,48	3,60	3,81	4,19
jul/05	9,75	19,72	3,13	3,82	4,03	4,38
ago/05	9,75	19,75	3,86	4,01	4,26	4,58
set/05	9,75	19,61	3,21	4,03	4,20	4,42
out/05	9,75	19,25	2,68	4,33	4,55	4,75
nov/05	9,75	18,87	2,46	4,54	4,78	4,95
dez/05	9,75	18,24	2,63	4,55	4,83	4,93
jan/06	9,00	17,65	2,70	4,72	4,83	4,82
fev/06	9,00	17,28	1,02	4,90	5,06	5,05
mar/06	9,00	16,74	2,29	5,04	5,17	5,18
abr/06	8,15	16,19	1,20	5,19	5,32	5,36

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES.

Nota: (1) Selic acumulada no mês anualizada; (2) Taxa Referencial do primeiro dia do mês anualizada; (3) Média

Tabela 24 - Indicadores econômicos

Índices de Ações em dólares (em pontos base)						
Mês	Bovespa (Brasil)	Dow Jones (EUA)	Nasdaq (EUA)	Merval (Argentina)	IGPA (Chile)	IPC (México)
jan/04	8.192	10.488	2.066	407,6	12,5	845
fev/04	7.480	10.584	2.030	382,3	12,5	897
mar/04	7.546	10.357	1.995	422,0	12,5	917
abr/04	7.508	10.229	1.920	407,5	12,3	941
mai/04	6.085	10.188	1.987	327,2	11,3	859
jun/04	6.465	10.435	2.048	313,8	11,4	893
jul/04	7.146	10.140	1.887	327,5	12,2	875
ago/04	7.423	10.174	1.838	316,2	12,6	883
set/04	7.850	10.080	1.897	350,0	13,5	929
out/04	8.206	10.027	1.975	402,7	14,3	977
nov/04	8.612	10.428	2.097	423,8	14,8	1.046
dez/04	9.422	10.800	2.178	431,8	15,6	1.116
jan/05	9.066	10.490	2.062	454,1	15,2	1.132
fev/05	10.181	10.766	1.052	512,0	15,7	1.220
mar/05	10.203	10.504	1.999	496,9	15,9	1.187
abr/05	9.895	10.193	1.922	470,3	16,1	1.105
mai/05	10.137	10.467	2.068	497,3	15,9	1.159
jun/05	10.543	10.275	2.057	504,0	16,1	1.236
jul/05	10.638	10.641	2.185	503,1	16,8	1.311
ago/05	11.442	10.482	2.152	527,4	18,1	1.365
set/05	13.012	10.569	2.153	561,9	18,4	1.428
out/05	13.238	10.440	2.120	546,8	18,7	1.417
nov/05	14.068	10.806	2.233	541,7	18,0	1.532
dez/05	14.510	10.718	2.205	508,4	18,0	1.658
jan/06	15.977	10.865	2.306	547,0	17,9	1.774
fev/06	17.453	11.062	2.287	556,8	18,2	1.775
mar/06	17.562	11.151	2.340	583,1	18,6	1.773
abr/06	18.407	11.367	2.323	611,2	19,2	1.800

Fonte: Banco Central do Brasil e Mecon